

CPI - GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

28.08.2019

CPI - GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

28.08.2019

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Bom dia a todos. Vamos dar início. Havendo número regimental, declaro aberta a décima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito – Gestão das Universidades Públicas, criada no ato 38 de 2019 com a finalidade de investigar irregularidades na gestão das universidades públicas no Estado, em especial quanto à utilização do repasse de verbas públicas a elas.

Solicito ao secretário a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É

regimental, está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Quero registrar a presença dos nobres deputados: Barros Munhoz, deputado Arthur do Val, deputado Daniel José, deputado Paulo Fiorilo, este presidente Wellington Moura e a deputada Carla Morando, vice-presidente também desta CPI.

Quero registrar a presença do deputado Milton Flávio, que esteve com a gente, está hoje presente aqui acompanhando também a CPI. Obrigado pela sua presença. E tem a justificativa da deputada Leci Brandão.

Item de número 1.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Antes de entramos na pauta, eu gostaria de uma informação da Presidência, se possível.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pois não, senhor.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Na última reunião da CPI em que participei no início, discutimos sobre a questão dos extratos bancários, e o senhor nos apresentou um relatório que era possível constatar, a partir daquele relatório, despesa e receita. E o senhor tinha uma dúvida se aquilo daria conta, e iria buscar as informações necessárias. Eu estou perguntando isso porque um dos itens diz respeito a isso. Então eu queria só ter certeza do que nós vamos discutir e votar, se necessário ou não.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Tem um vídeo que eu separei – cadê o rapaz que foi ver para mim? O Fernando.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O rapaz do vídeo?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu pedi para ele separar. Ele está aí? Mas eu acho que ele deve aparecer aqui. Eu separei até o último trecho da última reunião, eu sabia que essa dúvida – não, o senhor estava.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu não fiquei até o fim, eu só fiquei no começo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Nesse questionamento V. Exa. estava, por isso que eu disse que, se entramos num acordo, se a USP me respondesse eu retiraria o requerimento, e a USP não respondeu essa questão dos extratos para mim. Então, devido a isso, eu voltei a colocar o requerimento novamente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por isso que eu quero, vou mostrar no vídeo, porque está lá, V. Exa. até me elogia.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Então por isso que o senhor vai pôr o vídeo de novo. Eu queria lembrar ao senhor que, na verdade, não era uma questão de se a USP responderia ou não, mas, se os documentos, que o senhor inclusive trouxe aqui, eles dariam conta ou não para responder as questões.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não deram conta.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor foi apresentar uma questão, depois a gente pode até ver o vídeo. Mas o senhor apresentava uma questão que dizia respeito a um contrato, que era um valor e ele aumentou exponencialmente. E o senhor queria os extratos para verificar as questões ligadas às despesas recentes. E a gente debateu aqui, se não era melhor solicitar o documento que o senhor tinha que mostrava ali exatamente a rubrica, aquilo que foi, que aumentou ou não, do que pedir o extrato. Essa era a dúvida, o senhor, na realidade, iria solicitar o documento ou ia buscar o documento, a informação, para que a gente pudesse votar ou não o requerimento. Era isso só.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu não recebi. Então por eu não ter recebido, infelizmente, eu terei que colocar novamente em votação, deputado Paulo Fiorilo. Eu não recebi nenhum documento que me comprove ali as entradas e saídas até o prezado momento. Já se passaram duas semanas, até mesmo porque semana passada não teve CPI. Infelizmente, a USP, por não ter me entregue, eu terei que novamente pedir. Deputado, eu vou seguir, eu acho que quando nós entrarmos no item.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Claro.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Item 1, deputada Carla Morando. Até por respeito ao Dr. Marco que está aí, Dr. Marco Antonio Zago, acho que a gente pode fazer esse adiantamento da pauta. Requerimento

37 de 2019, requer a realização de visitas institucionais às diretorias das faculdades de Economia, Administração e Contabilidade, bem como a de Direito da Universidade de São Paulo, com o objetivo de levantar dados e obter subsídios em prol da confecção da sub-relatoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Gestão das Universidades Públicas.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Em discussão. Pela ordem.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Se a deputada que é proponente pudesse esclarecer qual é o objetivo. Porque uma coisa é realizar a visita, eu entendo, depois a outra o objetivo é levantar dados e obter subsídios. Na realidade, eu queria entender qual é o intuito do requerimento. Se a gente vai lá fazer visita ou se a gente vai buscar documentos, pedir dados, coisas que a senhora tem em mente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Na verdade, esse pedido já é a terceira semana que a gente faz, a primeira foi escrito como uma visita, uma diligência, que, na verdade, não seria a questão de fazer uma diligência. Apesar de a gente ter esse direito e a prerrogativa, mas não é esse o caso, é visitar mesmo a universidade, para conhecer as instalações, conhecer as pessoas e, na verdade, você acaba conversando com o diretor e o reitor, e as pessoas que forem fazer a visita junto, então você acaba tendo dados. Então a gente já coloca também para poder esclarecer que a gente vai conversar.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Deputada Carla Morando, eu acho que se a senhora então, na minha opinião, tirasse aqui. O objetivo é claro, fazer a visita, a visita é consequência. Então, se tiver aqui requer a realização de visitas adicionais, eu tenho total acordo, aprovo e vou com a senhora. Eu acho que a gente devia só economizar aqui no restante do requerimento, só isso. E realizar visitas institucionais da CPI a determinadas instituições que a senhora requer.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Então, mas aí, se a gente pode conversar qual que é o?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A senhora já tem a prerrogativa, a senhora vai fazer a visita já vai conversar, e se a senhora vai pedir, a senhora já tem prerrogativa, é só isso. Agora, se a senhora quer alguma coisa específica...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, aqui não. Aqui, na verdade, é o que vai acontecer lá.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Então era só isso, porque daí não precisa ter a dúvida.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, para mim não tem problema nenhum.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, eu acho que é totalmente inócuo esse requerimento, ela não precisa disso, deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Mas de novo você, Barros, toda semana com a mesma história.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A quem que você está requerendo isso? Você requer a realização de visita a quem?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Aqui, à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas você está requerendo a quem?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Ao diretor dali.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Você é deputada, que tem autonomia e tem independência para fazer isso. A hora que você quiser fazer uma visita, você comunica: “Estou indo no dia tal, às tantas horas, fazer uma visita à faculdade”, pronto.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Sim, é que, na verdade, como nós estamos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E a senhora tem a faculdade também de lá pedir o que a senhora quiser.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu não estou entendendo o requerimento. A senhora está requerendo o que: autorização para visitar?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, é que daí uma pessoa, na verdade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A senhora está requerendo uma realização de visita: a quem? A alguém de nós? A quem a senhora está requerendo, me explica.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, Barros, esse requerimento é para a gente poder, na verdade, deixar junto na CPI porque eu estou fazendo parte de uma CPI. Então, eu acho que seria de bom tom estar comunicando que eu estaria fazendo a visita. É somente por isso, mas normalmente...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Desculpa, deputada Carla, eu não quero ser impertinente, eu não estou vendo sentido. A senhora está requerendo a quem? O quê? A senhora está requerendo fazer uma visita na faculdade, a senhora está querendo a quem, nós? Ao reitor?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Eu estou requerendo a, se o senhor não entendeu, eu vou ler para o senhor de novo. “Requer a visita institucional as

diretorias” – sabe o que é isso? – “diretorias de Faculdades de Economia, de Administração e Contabilidade”. Então eu estou requerendo visitas à diretoria.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A senhora me permite, eu vou insistir, a senhora não precisa fazer isso. A senhora comunica à reitoria: “Olha, no dia tal, às tantas horas, estarei aí como membro da Comissão, vice-presidente da Comissão de Inquérito sobre as Universidades, e gostaria de ter a presença dos diretores de tais e tais departamentos”.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Então, deputado Barros, deixa eu só tentar...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso diminui a importância da CPI, é só isso, diminui.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Deixa eu só esclarecer uma coisa. Eu entendo que o senhor tenha os seus cuidados todos com eles, mas eu, da mesma maneira que eu posso. (Vozes sobrepostas.)

Deixa eu só terminar de falar um minutinho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso diminui a importância da CPI.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Deputado, um minuto, por favor. Isso daqui já está há três semanas, nós fizemos da maneira que o senhor quis que colocasse, como realização de visitas e não de diligências, e o senhor pediu vista dela novamente. O que eu não consigo entender é se da mesma maneira que eu posso fazer visita sem comunicar antecipadamente, e eu posso fazer desta maneira, qual é o problema do senhor?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nenhum problema. É simplesmente não avacalhar a CPI.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Isso não é avacalhar a CPI.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

(Vozes sobrepostas.)

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Isso daqui é tentar organizar a vida das pessoas também da Universidade. Eu não quero ligar e falar estou indo em tal dia. E se tiver uma palestra, e se tiver alguma coisa?

(Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu gostaria, primeiramente, Srs. Deputados, quando um deputado estiver com a palavra, se o outro der a palavra, um aparte, aí eu permito o aparte, mas não ficar esse bate-bola aqui, senão nós não vamos sair daqui hoje.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só queria lembrar que quem estava com a palavra era eu.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - O senhor me dá um aparte então, deputado?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Com todo o prazer, deputado Daniel.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Olha, eu acho que só a confusão que aconteceu aqui é que no requerimento anterior o pedido era de diligência, que é algo previsto no artigo 34-B do Regimento Interno. O.k. Quando muda para visita institucional, já está fora dos poderes da CPI, e por isso que talvez tenha acontecido essa confusão. De fato, para fazer uma visita institucional, não precisaria de um requerimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É evidente.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Mas isso é só uma questão...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu não vou nem me opor, mas eu acho que isso aqui denigre a CPI.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - De responsabilidades da CPI.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Rebaixa a CPI. Eu não vou nem me opor, mas eu acho que é um vexame a gente aprovar um requerimento desse tipo, é um vexame.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrar a presença da nobre deputada Valeria Bolsonaro. Os deputados que forem, os deputados que quiserem votar, não concordarem, votem contra, eu acho que nós vamos entrar num debate aqui que não vamos sair do lugar. Eu coloco em discussão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu peço vista desse primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pedido de vista concedido a Vossa Excelência. Passo a Presidência à deputada Carla Morando. Item 2.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Carla Morando.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - De autoria do deputado Wellington Moura, o requerimento CPI 46 de 2019, que solicita do reitor Universidade de São Paulo, o Sr. Vahan Agopyan, que envie os extratos bancários

discriminados mês a mês de todas as contas existentes, correntes e poupanças, do período investigado desta Comissão Parlamentar de Inquérito de 2011 e 2019, a fim de que sejam demonstradas todas as movimentações financeiras de entradas e saídas de receitas no tocante às movimentações das verbas públicas. Em discussão.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pois não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não vai passar o vídeo?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O senhor me permite um aparte?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Permito, claro.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu vou pegar esse aparte para poder passar o vídeo. Por favor, só coloca aí para o deputado confirmar, que foi da reunião passada, que eu separei. Queria o som do vídeo, por favor. Aumenta o áudio, por gentileza, Fernando. Isso, volta o vídeo, por favor. É um pequeno trecho, porque também a gente não vai ficar ouvido a CPI passada, é mais para confirmar.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Tirei a dúvida de Vossa Excelência?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu estou com a palavra, o senhor só está me devolvendo. A pergunta é: o senhor solicitou à USP?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sim.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Através de requerimento ou fez a solicitação?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por requerimento.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - E o requerimento não foi respondido.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, foi pedido vista.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, é essa a dúvida. Eu vou ajudar.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Entenda bem, foi pedida vista, foi o único requerimento, porque os mesmos requerimentos para as outras universidades, eu acho que da mesma forma, nos mesmos moldes...

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou explicar por que foram aprovados.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Foram aprovados. Eu não entendo por que pediram vista para o da USP. Eu nem vou perguntar quem pediu vista.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou explicar, presidente. Não fui eu, mas eu vou explicar, foi a Bebel e a Valeria Bolsonaro. Não, está escrito aqui.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não soube se há um favorecimento, alguma coisa.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presidente, não tem nada de favorecimento. Na realidade, o senhor fez publicamente um acordo de que: “Se eu pedir e não responderem eu recoloco os requerimentos”; então para ser coerente, e depois.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não me responderam.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Calma. A deputada Bebel chegou, eu sou suplente, ela assumiu. O primeiro foi encaminhado, o senhor aproveitou que o deputado não era mais o deputado que dialogava, aprovou o segundo e o terceiro, porque o acordo que o senhor fez.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E V. Exa. estava junto.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu não estava, eu já tinha saído, a deputada Bebel é que estava. O acordo que o senhor fez comigo, antes de eu me retirar era: vou pedir as informações, se elas não vierem a gente aprova. O que o senhor fez, suspendeu o primeiro, eu saí, e o senhor votou o segundo e o terceiro.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu não suspendi nada.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pela ordem, presidente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não votou o primeiro.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não votou porque a deputada do seu partido, a Professora Bebel, pediu vista.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, quem tinha pedido vista tinha sido eu, porque nós fizemos um acordo, o senhor viu o acordo.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pela ordem, presidente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Está comigo a palavra agora, eu não vou devolver. Eu queria só entender da seguinte forma.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A presidente está ali.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Ah, a presidente. Eu queria pedir vista ao requerimento.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É, nem eu posso falar, deputada Carla Morando.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu estou pedindo vista.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pela ordem. Só um esclarecimento aqui. Só para um esclarecimento aqui; o que aconteceu a semana passada.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Retrasada.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Retrasada, deputado, não foi que o deputado Wellington aproveitou, porque o que o deputado Barros Munhoz fez aqui, ele só não pediu para sua colega pedir vista, entendeu? Ele fez, ele falou, olha, mas eu mesmo olha, mas olha, mas não vai passar, ninguém vai falar. E ela não se atentou ao pedido de vista, então não foi o deputado que aproveitou.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A senhora me permite um aparte?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Não, eu não permito.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou esperar e pedir para a deputada.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Então, não é justo o senhor falar que o deputado Wellington aproveitou e passou; isso não foi correto, porque o deputado Barros Munhoz estava presidindo, e ele fez, deixou para, tanto que eu chamei a atenção, eu falei: “Deputado Barros, que mais?”. Não foi? Foi o que aconteceu. Entendeu?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A senhora me permite um aparte? Deputada, a senhora me permite um aparte?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pois não.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A única coisa.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu estou com a palavra, deputado. Ela me deu um aparte. É que eu gostaria de entender, a questão de por que tanta preocupação com os envios dos extratos bancários da USP e das outras universidades foram aprovados da mesma forma e contexto que se encontra o da USP. O que tem tanto a esconder? Eu não sei se, infelizmente, se os deputados querem que o tempo passe e esses requerimentos não cheguem à CPI, mas eu já quero até deixar claro a todos os deputados, que nós iremos fazer, a partir da próxima semana, serão duas reuniões que nós teremos da CPI até diante de, será novembro o prazo final, e nós vamos realizar duas vezes por semana a CPI para que os trabalhos consigam caminhar de forma rápida, com agilidade, e como a população quer, transparência.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Pela ordem, presidente, só um breve esclarecimento. Todo mundo sabe que eu sou um opositor do PT na Casa, só que assim; no caso aqui, a gente está fazendo um debate inóculo, e eu acho até um desrespeito com as pessoas que foram convocadas para a Comissão.

Basicamente o que aconteceu foi ocasião do debate. Foi isso que aconteceu. Eu estava aqui no dia, eu vi exatamente o que aconteceu, esse aqui acabou ficando para trás porque a Bebel comeu bola, a verdade foi essa. Ela comeu bola, esqueceu de pedir vista esqueceu, então passou. Eu acho que até em equidade a todos, vamos lá, só para deixar claro minha posição.

Eu concordo com o Fiorilo com o que aconteceu, não está havendo o favorecimento, só que eu concordo também com o Wellington Moura que, em equidade com as outras, já que passaram as outras, vamos aprovar essa também. O debate se era certo ou não isso tinha que ter sido feito, não foi, ou se passou um, devem passar todos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem. O deputado Fiorilo está com a palavra?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O deputado Fiorilo está com a palavra?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Posso pedir um aparte?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou conceder o aparte, só é preciso deixar claro uma coisa, porque o deputado Wellington coloca sob suspeição uma decisão que tomada daqui, proposta por mim, que não era de favorecimento, aliás, era de encaminhamento para as três, não era para a USP. Quando eu disse que eu me retirar, o deputado Wellington podia ter dito, conforme acordado – quem estava presidente, o Barros?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu já tinha me retirado, conforme acordado no primeiro requerimento, que foi acordado com o deputado Wellington, que se a universidade mandasse, se não mandasse ele ia colocar, eu votaria os requerimentos, os três, não tinha problema nenhum, porque nós tínhamos um acordo. Acordo a gente cumpre. Agora o que que aconteceu?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quando V. Exa. tem condições de cumprir. No momento que a deputada Bebel chegou, o senhor não tinha mais.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas deputado, o senhor concordou, não foi com um, o senhor concordou com os três, os três são do mês teor. Porque agora o senhor diz assim: “Ah, não sei por que está protegendo a USP”. Está protegendo a USP porque era o primeiro requerimento, se fosse da Unesp seria o primeiro, se fosse da Unicamp seria o primeiro.

O acordo feito aqui era: “Eu vou solicitar as informações se a universidade não der, vocês vão ver que vai estar na pauta de novo, correto?”, porque esse era o acordo. Bom o deputado conduziu e podia ter dito: “O acordo aqui, no caso dos extratos, é: vamos aguardar o encaminhamento, se não tiver volta para a pauta”. Era esse o acordo, só isso. Não há aqui nenhum interesse de proteger A, B, C ou D. Então eu queria que o deputado Wellington só tomasse cuidado com a fala, porque a fala é perigosa. O senhor dizer: “Ah, não sei por que estão protegendo”; ninguém aqui está protegendo ninguém, da minha parte.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Então V. Exa. tinha de tirar o pedido de vista.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Estou cedendo o aparte, ao deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E vamos votar.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Deputado Barros.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu retiro, já aprovou os outros. Eu queria ouvir o deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pois não. Para você ver, está CPI está tão gozada que até eu erro. Eu, com a minha modéstia, sou obrigado a reconhecer que até eu erro de vez em quando. Brincadeira à parte, presidente, de vez em quando a gente precisa brincar. Eu fico contente de ver que o deputado Arthur já amadureceu, está madurinho.

Uma vez um amigo meu chegou na rodoviária aqui de São Paulo, veio lá de Itapira, estava bem gordão, assim que ele desceu, a moça falou: “Nossa, que moço bonito, parece um repolho”. O apelido dele ficou Zé Repolho, para o resto da vida. Mas o que eu queria dizer é o seguinte, estou integralmente de acordo com, eu errei, eu devia ter feito o que o Paulo falou, realmente: “Olha, por equidade, vamos seguir nas outras duas”. E para não ficar nenhum tipo de problema, eu acho que fica mais caro o molho

do que o peixe. Eu concordo com o Arthur, vamos aprovar esse requerimento também porque os outros foram aprovados.

E nós não temos nada a esconder mesmo, é só que é uma estupidez, precisa contratar uma frota de jamanta para trazer isso aqui, precisa contratar cinco mil funcionários para analisar isso daqui, é evidente que isso aqui é encheção de linguiça, linguiça, linguiça, é evidente. Então, para não discutir firulas, picuinhas, caraminguelas se falava, não sei, eu sou novo, eu não sei, mas, enfim, eu concordo com o deputado Arthur. Eu acho que nós devemos aprovar isso aqui.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Podemos continuar?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E faço esse apelo ao deputado Paulo Fiorilo.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Ele já retirou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então está excelente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. Eu vou retirar agora. Eu vou retirar, vou falar para a senhora que é a presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Então, por favor.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só queria fazer uma observação, o deputado Barros é tão jovem, que ele sugeriu jamantas. Eu queria retirar para que a gente não tem que contratar jamantas.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Bom, em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação, os que estiverem a favor permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu, antes de passar a palavra aqui para o presidente, eu queria só dizer que, assim, requerimentos quando a gente faz aqui nesta CPI, é que a gente busca informação, a gente precisa entregar um trabalho, a gente precisa de informações, porque eu tenho bastante cuidado em separar muito bem as informações, e o estudo todo

que a gente está fazendo é muito grande. Então, tudo que a gente faz de pedido aqui, é muito ruim quando a gente encontra a toda hora um pedido de vista, como foi agora no caso do primeiro novamente, mas são coisas que a gente precisa para completar outros dados que estão já com a gente em poder. Então isso tudo vai dificultando e depois, desculpa, quem vai ter um ônus de que fez uma CPI horrível seremos todos nós por conta desse postergamento de requerimentos que a gente passa todos os dias.

Então eu acho que a gente precisa entender que tudo o que a gente pede é porque a gente tem um pedaço da informação e precisa do outro para poder bater e falar: “Não, isso aqui não precisa de nada, está tudo certo”, ou, se precisar pedir outra coisa. Então, é somente isso que eu queria deixar bem claro, que requerimentos a gente de nenhuma forma está querendo agredir ninguém, nenhuma universidade e nenhum poder. A gente só precisa ter informação para poder gerar um relatório certo e concreto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, a senhora me concede um segundo?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pois não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só, retiro qualquer colocação que tenha feito, se a senhora me explicar a quem senhora está fazendo o requerimento número 1. A senhora está requerendo a quem? Só isso.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Já falamos sobre esse requerimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então está ótimo.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu mudei, eu simplesmente mudei o que o senhor me pediu, mas o senhor entrou numa outra seara para postergar mais um pouquinho. A questão só é dificultar o nosso trabalho. Não sei se o senhor está procurando saber as coisas todas e fazendo toda a compilação de dados, mas eu estou, e para fazer um negócio certo, sem condenar uma universidade ou uma pessoa, eu preciso ter os outros dados, se eu não tiver eu não consigo fazer isso. Somente isso que eu tenho para dizer. Pode continuar presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Obrigado. Item número 3, deputada Carla Morando, requerimento da CPI 51 de 2019, requer a convocação do Sr. Professor Dr. Sylvio Roberto Accioly Canuto, pró-reitor de pesquisa da Universidade de São Paulo, da USP, com o objetivo de prestar esclarecimentos bem como subsídios para a sub-relatoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Gestão das Universidades Públicas. Coloco em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item de número 4, requer a convocação, pode aprovar o 4 e o 5, se Vs. Exas. concordarem.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É o mesmo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - De minha parte, pode.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Coloco o 4 e 5 em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O requerimento eu vou ler, até para não surgir dúvidas, por estar ao vivo na TV Assembleia. O 4 requerer a convocação do Sr. Professor Dr. Frederico de Oliveira Graeff, pró-reitor de pesquisa de assessores da Universidade Estadual da Unesp, com objetivo de prestar esclarecimentos, bem como subsídios para a sub-relatoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Gestão das Universidades Públicas. O item 5, da

deputada Carla Morando, o requerimento 53/2019, requer a convocação do Sr. Professor Dr. Munir Salomão Skaf, pró-reitor de pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, com o objetivo de prestar esclarecimento, bem como subsídios para a sub-relatoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Gestão das Universidades.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Pela ordem, Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presidente, o senhor deve ter observado, porque o senhor é um deputado arguto, que tem uma diferença num dos requerimentos para os outros dois.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Então eu coloco.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT – Não, não, eu queria solicitar da deputada a retirada só da expressão, porque eu não sei por que entrou só nesse. Olha só, no item 4, “requer a convocação, pa-pa-pa, e assessores”. Eu acho que pode ter sido um erro da assessoria. É o nome do, o.k.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É que.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, eu já entendi.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Respondido? Então, em discussão os itens 4 e 5. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item de número 6, do deputado Daniel José, requerimento 54/2019, requer que se oficie ao magnífico reitor da Universidade Estadual Paulista, para que informe sobre eventuais sindicâncias, ou processos administrativos, que tramitaram nos últimos oito anos, e que ainda tramitam contra reitores, ou ex-reitores dessas instituições. Caso

exista, solicita-se a certidão de objeto, e fé, e procedimentos em trâmite ou o resultado final dos procedimentos concluídos. Em discussão; não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 7, deputada Carla Morando.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Está escrito errado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Está o.k. Requerimento.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Pela ordem, deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Para economia processual, eu queria
requerer, do 7, 8 e 9, a vista.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Pedido de vista concedido à Vossa Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só para um esclarecimento, com relação
ao item 8, está se pedindo agora a relação de todas as pesquisas dos últimos oito anos. Já foi solicitado de 2014, 2015 e 2016; e já vieram essas informações. Eu queria colocar se exclui, e enfim, fazer essa colocação; ou deixa ter um pedido de vista, então quando eu voltar à vista, o.k., perfeito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Quando voltar a vista a gente pode fazer essa correção.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Deixa só eu esclarecer esse item?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Com a palavra, a deputada.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Vieram 19 mil páginas em inglês, por isso. Então aí, na verdade aqui, a gente está colocando as perguntas e os itens que, na verdade, são referentes ao que a gente tem interesse. Então, é só mesmo para colocar bem claro que tem que ser uma forma que a gente consiga, realmente, entender. E o pedido que eu fiz sobre esses itens de pesquisa, eu quero deixar bem claro aqui, que foram rodadas matérias aí durante a semana passada sobre isso, dizendo que eu fiz pedidos absurdos; e que, na verdade, foram mal interpretados pelas universidades. Que eu fiz o pedido, somente, das pesquisas financiadas pela universidade, e não por outros órgãos. Então era somente das universidades, o dinheiro que seria do repasse; e eles acabaram entrando numa outra esfera, que não é da CPI.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Olha, Sr. Presidente, eu só quero esclarecer.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Pela ordem, deputado Barros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só, rapidamente, eu vou deixar isso para quando voltar o assunto. Mas só esclarecer que eu tenho em mãos aqui a informação da universidade, em português, claríssimo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Perfeito. Aí no momento oportuno, entra em discussão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Item número 10, deputada Carla Morando, requerimento 58/2019; requer, nos termos do inciso 4, artigo 3º da lei 1.124 de 2002, e o artigo 34-B inciso II do Regimento Interno, uma relação de diárias concedidas pela USP nos últimos oito anos, em arquivo Excel, com as seguintes informações: A, nome do beneficiário da diária; B, valor total pago a título de diárias; C, discriminação do período exato em razão do qual se concedeu a diária; D, justificativa da concessão da diária; E, fundamento legal da concessão da diária; F, remuneração do benefício, sem parcelas eventuais; G, local de lotação do beneficiário, conforme a sua contratação celetista ou estatutária. Se Vs. Exas. permitirem, os outros itens são iguais, mudando apenas de universidade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. Opa, desculpe.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Não, tranquilo. E a Unesp, no caso. Item 10 e o item 11.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E 12.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O 10, o 11 e o 12.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Não, 10 e 11.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não o 12 é diferente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Perfeito, gente, então da USP e o da Unesp.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Pela ordem, o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu queria esclarecer, não tem nenhum intuito procrastinatório em nada que você eu coloque em nenhuma CPI. Eu só acho que a CPI vai bem quando ela se foca naquilo que é o seu objeto, e já há frutos da CPI, eu quero ajudar. Agora, eu acho que essas coisas complicam; isso daqui já foi solicitado pelo senhor, e o Tribunal de Contas da União já esclareceu, e disse, esclareceu que a matéria está tramitando. Até porque, veja bem, eu vou perguntar de novo: a quem está se fazendo esse requerimento? Eu pergunto, vamos ler aqui o 10 e o 11: “requer nos termos”, tal, tal, tal, “uma relação de diárias”, requer a quem? Quando você requer alguma coisa, você requer a alguém. A quem que a gente requer? Não, onde que está.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Está aqui no 10, não estou entendendo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, requer a relação de dados.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Deixa só eu explicar, porque que só está.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O Tribunal de Contas, que está já com essa matéria tramitando. Está, e já veio um ofício ao presidente; o presidente já fez essa solicitação, e o Tribunal de Contas já encaminhou, no item 10 e no item 11.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu tenho um ofício do Tribunal de Contas aqui.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu tenho um ofício do Tribunal de Contas aqui.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Deputado Barros Munhoz está com a palavra.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Nós tivemos, e nós temos esse relatório. Porém, esses relatórios não falam sobre, eles só colocam um valor e um dia de viagem; só isso. A gente não tem como saber o que é aquilo, para onde foi, e para que foi, é por isso. E a gente só fez a solicitação desse pedido para a USP e para a Unesp porque a Unicamp já enviou. Então, nós temos o material da Unicamp, e nós precisamos o da USP e da Unesp; e isso daqui é somente para esclarecer os valores das viagens que já foram encaminhados. A gente só precisa ter sobre o que, de quem, e como, uma coisa muito simples.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Coloco em discussão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Feitos esses esclarecimentos, eu voto

favoravelmente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Em discussão o item de número 10, e o de número 11. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovados o item 10 e o item 11.

Item de número 12, o requerimento da CPI 60 de 2019, requer nos termos do Inciso 4, artigo 3º, da Lei 1.124 e o artigo 34B-2 do Regimento Interno, uma relação das viagens patrocinadas pela Unesp nos últimos oito anos, em arquivo Excel, com as seguintes informações: A, nome do beneficiário da viagem; B, valor total da viagem; C, discriminação do valor total mencionado do item B, informando os valores referentes; C1, a passagem aérea; C2, as hospedagens; C3, a outros gastos relevantes; D, justificativa da viagem, devendo ser discriminados: D1, período exato de duração do evento para o qual foi realizada a viagem; D2, a que título o beneficiários participou do referido evento – palestrante? – exemplo; D3, outros dados relevantes; E, qualificação da agência de viagem contratada; F, cópia do procedimento licitatório da contratação da

agência de viagem, mencionada no item E1, ou, e não havendo, cópia do respectivo procedimento de dispensa. Em discussão.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Só para esclarecer também, foi enviado pela Unicamp. Por esse motivo, também, só o da Unesp e da USP; e também a mesma questão das outras duas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Está com a palavra, deputado. E o item de número 13, só para deixar registrado também, é o mesmo pedido.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - O mesmo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só que simplesmente alterando, sendo a USP. Deixando registrado, qualquer coisa votamos, se for do consenso de todos, votamos o item 12 e 13. Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só para esclarecer. Na verdade, o item 12 é o pedido para a Unesp, e o item 13 é o pedido para a USP, em que estava grafado Unesp. É isso?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É que a pauta foi retificada.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu acho que eu estou com a pauta anterior. Ah, todo mundo também.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Então a 13 é a da USP.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É, 13 é a da USP.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovados. Passo a Presidência à deputada Carla Morando.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Carla Morando.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Item de número 14, requerimento CPI 62 de 2019: requer ao reitor da Universidade de Campinas, Unicamp, o professor Dr. Marcelo Knobel, o rol de funcionários que tiveram a inscrição de dupla matrícula extinta, com a discriminação de cargos, salários, horário do expediente de trabalho; a fim de se apurar a existência da simultaneidade de dupla jornada a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura eventuais irregularidades na Gestão das Universidades de ensino.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pois não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu só estou na dúvida com relação à formulação. Eu acho que eu entendi o que é, deputado, se o deputado pudesse me ajudar. A ideia aqui é perguntar para a Unicamp quais foram os funcionários que tiveram dupla jornada, ou que fugiram da regularidade, é isso?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Existem funcionários, como os próprios reitores, o reitor e o ex-reitor, que receberam dupla matrícula.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Dupla matrícula, o.k.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E o próprio reitor, até na Comissão; tem o vídeo, por gentileza? Coloca lá. Na Comissão de Ciência e Tecnologia eu perguntei isso ao reitor da. Pode soltar, por gentileza.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pode parar, por gentileza. Eu deixei só um pedaço, não vai ficar passando, para tirar dúvida, porque eu estou pedindo, justamente, só da Unicamp.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu entendi, é a história da dupla matrícula. A pergunta é da existência da simultaneidade da dupla jornada. É que tinha dupla matrícula e dupla jornada? Ele não fala de dupla jornada, ele fala de dupla matrícula.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É porque, no momento em que você é a dupla matrícula, você tem que fazer 40 horas semanais; como que ele vai trabalhar de dia e de noite? Ele não vai dormir? Ele não consegue cumprir 80 horas semanais, então.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu entendi, a minha dúvida é quanto ao pedido só isso; se o senhor tem clareza de que a existência da simultaneidade da dupla jornada. Porque, na Educação, e a Sra. Deputada é professora, é possível ter um acúmulo de jornada, você pode ter mais de uma jornada.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Mas quando você tem o acúmulo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só para concluir, eu ainda estou com a palavra. Você tem a possibilidade de acúmulo; você não tem 40 horas, você pode ter 20 e 20, e você acumula. Por isso que eu só estou perguntando, para saber se a resposta que

o senhor deseja tem a ver com a pergunta que o senhor está formulando, só isso. Deputada, eu vou permitir um aparte, diferentemente da senhora.

A SRA. VALÉRIA BOLSONARO - PSB - Obrigada. Não, eu fiz porque o senhor não me deu o primeiro, ah, bom. No magistério nós temos a dupla jornada, mas no caso aqui, é um caso que já está sendo discutido há muito tempo, o que justificava era que ele tinha uma dupla. Por que eram duas matrículas, e ele daria, só que ultrapassava totalmente a carga horária, entendeu?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Coloco em discussão.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu sou.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Desculpa, perdão deputada.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu coloco em discussão, não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que estiverem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item de números 15, de autoria do deputado Wellington Moura, requerimento número 63 de 2019, que requer a convocação do Sr. Reitor da Universidade Estadual Paulista, Unesp, professor Dr. Sandro Roberto Valentini, a fim de que preste as seguintes informações: primeiro, explicações a respeito da redução drástica da receita do Tesouro, depósitos bancários e aplicações financeiras; onde assumiu a gestão com o valor ativo de 132.390.378,79 reais, em 2016; e em um ano de gestão, reduz a referida quantia para 21.464.611,32 em 2017. E, respectivamente, para a importância de 9.385.609,46 em 2018, acarretando uma redução, no percentual, de 90% da receita do Tesouro em dois anos de gestão. A utilização de 123.004.769 reais sem, ao menos, demonstrar um aumento patrimonial da Universidade, ou sua real necessidade da utilização da verba.

Dois, a variação da redução patrimonial estimada, com base nos anos anteriores, de 24.539.290,22 reais, que subiu drasticamente para 74.820.432,22 reais, no primeiro ano, de 2016 a 2017; reduzindo o patrimônio da universidade em 150% a mais que o normal, e, respectivamente, em 2018 atingiu uma redução no valor de 46.774.622,08

reais, o que representa a redução patrimonial no percentual de 100%, em relação a diminuições dos anos anteriores; que, contabilizando, a gestão atual perdeu, em dois anos, o patrimônio que deveria ter sido reduzido em um mandato de quatro anos.

Explicação sobre repasses de verbas públicas a diversas pessoas físicas, identificadas nas despesas como prestação de serviços, sem especificação de terceiros, licitação e emissão de notas. Gastos excessivos com passagens aéreas e agências de turismo, justificar o motivo dos quatro contratos firmados entre a Universidade e a empresa Gabriele Hatch Moraes – Home Care ME, mediante o valor de 303.195,01 reais. Tendo em vista a contratação de clínicas médicas e assistência de saúde. Justificar os repasses periódicos com fundações FEU, e Fundunesp, e demais irregularidades e omissões apontadas pela auditoria desta CPI. Em discussão.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pois não?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só uma dúvida: o item 7 do requerimento; quer dizer, eu entendi aqui são coisas muito objetivas de questionamento, mas as demais, e omissões apontadas pela auditoria da CPI.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - São perguntas que podemos fazer até o momento em que ele vier, o momento em que ele for convocado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas não está muito ligado àquela outra história que a gente já discutiu? Eu sei que é o óbvio, vão me perguntar tudo, não é? Além dessa que o senhor falou.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Aqui eu estou deixando, diante de todas as informações que chegaram, deputado, estou deixando bem especificado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor especifica tudo, no sétimo o senhor generaliza.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - No sétimo é para fazer perguntas que surgirem, tanto de V. Exa. quanto de.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É que é assim.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quer tirar o item 7?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É isso, só porque eu o acho redundante, nós vamos perguntar sobre tudo.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito, concordo.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pois não?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu gostaria de entender se existe, de fato, a necessidade de uma convocação, e não de um ofício, que são perguntas bastante específicas; mas eu gostaria de entender, sobretudo, as perguntas 1 e 2. Aqui na pergunta 2, por exemplo, a variação da redução patrimonial subiu drasticamente para 74 milhões, reduzindo o patrimônio da universidade em 150% a mais que o normal. O que isso significa? Não está claro.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O que isso significa.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Isso, a variação da redução patrimonial subiu drasticamente para 74 milhões, reduzindo o patrimônio da universidade em 150% a mais que o normal.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Foi até, não foi nem 150.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - O normal é média, reduziu uns 150 a mais que a média? Está um pouco confuso.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Toda faculdade tem uma poupança para ela não quebrar. E todo ano ela faz um capital de giro, na qual o reitor tem ali a sua autonomia e autoridade para poder utilizar ela. Mas aqui, a utilização dessa verba, desse ano de 2016 para 2017, foi um uso abusivo, onde foi de 24, subiu drasticamente o gasto para 74 milhões; é onde eu estou fazendo aqui este questionamento. Inclusive, deputado, foi até bom o senhor perguntar e falar, porque não foi 150, foi 300%, até fazendo essa correção.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Em cima do que a redução de 300%? Então só, eu acho que precisa de uma revisão na escrita desse requerimento; porque hoje, quando você lê, você não vê que, por exemplo, subiu drasticamente; o que subiu? O custo, a despesa? A variação da redução patrimonial, o que é variação da redução?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu vou, tem microfone, por favor?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - É preciso só especificar melhor, porque a variação da redução patrimonial subiu para 740 milhões, reduzindo o patrimônio da Universidade em 150% a mais do que o normal.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor me cede um aparte?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Posso tentar dar um pitaco?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu entendi, e imagino, não sei se está certo no meu entendimento, diminuía o valor patrimonial, diminuía 24 mil em média.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - 24 milhões.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Milhões, desculpa; e reduziu 74 nesse ano. E, em 2018, reduziu em 46, ou seja, reduziu 50 milhões, 150%, ou coisa assim, e no outro ano 46. Aqui está mostrando que caiu a reserva.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - E isso daí tem a ver, também, com o item 2; que mostra que, apesar de ter caído a reserva, não teve nenhum aumento patrimonial.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Então, o único ponto aqui.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Posso só um aparte?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Por favor.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A minha dúvida aqui é outra, nós estamos falando do quê? Nós estamos falando de redução patrimonial, não estamos falando de capital de giro, estamos falando do que é patrimônio da Universidade. Assim, se os números estão corretos ou não, mas nós precisamos entender o que nós estamos discutindo; variação patrimonial tem a ver com aquilo que é patrimônio da Universidade, ou o termo aqui é outro, não é redução patrimonial.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - O item 1, a pergunta número 1 é a mesma coisa, a redução drástica da receita do Tesouro, a receita proveniente do Tesouro, onde assumiu a gestão de um ativo no valor de 132 milhões, e depois fala de receita; então tem vários conceitos contábeis que estão misturados na mesma pergunta, eu acho que não deixa claro.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Você me permite um aparte?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Claro, por favor.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por favor, só o meu assessor, para ele poder dar este esclarecimento, por favor. Ronnye, por gentileza.

O SR. RONNYE OLIVEIRA SOUZA - Bom dia deputados e deputada. No item 1, é que assim, foi explicitado no balanço financeiro da Universidade, todos tiveram acesso já, senhores e senhora, que a remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras, se olhar essa comparação que está no quadro já descrito, o ano anterior e o ano vigente, 2016 até 2018, consta lá em 2016 que essa remuneração de depósitos bancários e aplicação financeira foi de 132 milhões. E em 2018 esse valor passa a constar em nove milhões e 300, então um valor que ficou bem diminuído nesse item, que consta do balanço da Universidade. Por isso, na questão da dúvida, o deputado Wellington Moura solicitou informações sobre esse item.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Mas aí fala assim: “acarretando uma redução no percentual de 90% da receita do Tesouro em dois anos de gestão”. O que é receita do Tesouro?

O SR. RONNYE OLIVEIRA SOUZA - Com relação a esse item, depósito bancário de aplicações financeiras.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Então é essa escrita que tem que ser mais precisa, exatamente, porque senão você começa a misturar coisas.

O SR. RONNYE OLIVEIRA SOUZA - Por que 90% é em relação a 72 milhões para nove milhões, por isso que a redução é de 90%.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Ficou claro?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Sim, mas eu ainda acho que precisa de uma reescrita.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quer fazer uma, quer fazer?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, eu peço vista então, depois a gente vê.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Vai pedir vista? Diante de tantas denúncias, deputado?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, não é isso. Eu só acho que isso aqui está muito mal escrito.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado, olha, eu tenho aqui comprovações. Desculpa, deputado, a gente corrigir é um detalhe; pedir vista.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, é assim, a gente tem que pedir para corrigir isso daqui.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E V. Exa. tem todo o direito.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Porque uma redução de patrimônio de 150%; existe uma redução acima de 100%? Não existe! O que é uma redução de 150%? Ele fica negativo?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Se V. Exa. deixar nós comprovarmos na CPI, V. Exa. vai ver que há.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, é só para tentar fazer da melhor maneira possível. Se a gente conseguir achar uma maneira em que não precise pedir vista, tudo bem também, eu retiro o pedido.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E a gente fazer a alteração; V. Exa. pode dar essa sugestão de como você quer que seja o texto.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu não tenho as contas aqui, não é?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Os dados do balanço estão com o senhor?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu tenho aqui os extratos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Podia pegar os dados do balanço e passar aqui, para a gente ver se melhora a redação; só para não ter dúvida.

O SR. RONNYE OLIVEIRA SOUZA - Se eu puder só comentar o termo, que é o correto que consta no balanço, o termo consta, literalmente, “remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras”. Se a expressão constante for substituída, onde está a receita, por “remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras” é exatamente o termo que consta nessa página do balanço que pode passar para cada um dos senhores.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Se puder a gente passa. E fora todos as outras questões que estão envolvidas.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - E a questão, também, de ser uma convocação, e não um ofício. Eu acho que como é uma pergunta muito específica, precisa do reitor vir aqui só para responder elas?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Ele é quem responde pela Faculdade, pela Universidade.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Se ele fizer um ofício explicando todos esses pontos não é suficiente?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Olha, para mim não, se é para V. Exa., V. Exa. pode ser contra o objeto desse requerimento. Não há problema nenhum.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - E o que é, então, uma redução de 150% a mais que o normal? Como assim, o que é o normal? Nunca vi este termo.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não é o normal, deixa eu, também, fazer um aparte, por favor? Você pega uma média de gastos.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E é isso o que eu estou falando, 2016, 2017 e 2018 a queda que houve em cada ano.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Redução mais do que 100% existe, sim, Daniel, se você tem um ganho de dez mil e ganha 1000, pode ter certeza que foi muito mais do que 100% que reduziu. Então, assim, na verdade, eu acho que existe um equívoco da maneira como você está interpretando.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem. Deixa só eu falar uma coisa aqui; gente, a gente está há muito tempo em um debate inócuo sobre o texto; é só corrigir o texto, pronto! É só sentar, corrigir o texto, e dar andamento à CPI, pronto. Por favor, senão a gente não sai daqui.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O termo, a escrita, depois conserta.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, não, pode, isso não existe. Nós vamos votar um requerimento, ou vota o requerimento com texto, ou vota agora.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Então vota contra.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não é apurar voto, eu estou querendo ajudar o presidente, você quer apurar votos.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu concordo com o Fiorilo. Não vamos pôr a voto, pois o texto está malfeito, eu vou ter que voltar contra também, eu sou a favor do requerimento, só que o texto está malfeito. Então vamos só, por favor, refazer o texto.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Se trazer uma pessoa aqui, acho que explica melhor do que ficar colocando no texto.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Então vamos lá, mantenho o meu pedido de vista, e vamos seguir. E depois, semana que vem, mais uma vez, não sou contra o requerimento, acho que é importante a gente levantar informações relevantes, tem uma análise contábil feita; só que o requerimento está muito mal escrito, e a gente precisa deixar ele muito mais fácil de se entender. Até porque, vai ser melhor para as respostas que a gente vai obter no final das contas.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sem problema.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Item de número 16, de autoria do deputado Wellington Moura, concedido o pedido de vista aqui para o item 15. O item 16, requerimento da CPI 64 de 2019, requer ao reitor da Universidade Estadual Paulista, Unesp, professor Dr. Sandro Roberto Valentini, cópia dos contratos aditivos e comprovantes de pagamentos apontados no balanço de 2016, como serviços a executar; a fim de justificar a pertinência das contratações, bem como o aumento significativo das despesas relacionadas a esse objeto, que majorou a importância de 21.820.567,10 reais para 174.940.815,40 reais em relação ao exercício anterior à Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as gestões das Universidades públicas. Eu acho que os outros dois também, itens, ou não? Não, são diferentes. Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que estiverem a favor, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item de número 17, o requerimento número 65 de 2019, que requer ao presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp, Fundunesp, Dr. Edson Luiz Furtado, a prestação de contas, balanço contábil, e registro de todas as entradas e saídas, de receitas e despesas. Os contratos e convênios firmados no período compreendido entre 2011 e 2018, tendo em vista o recebimento anual dos repasses do Tesouro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que apura eventuais irregularidades na Gestão das

universidades estaduais do Estado. Em discussão, não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, os deputados que estiverem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 18, deputado Wellington Moura, o requerimento número 66 de 2019, requer à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que oficie o Instituto de Criminalística, IC, para que destine um perito contábil, ou profissional especializado do Estado, para que possa analisar a regularidade da prestação de contas da Universidade Paulista do Estado de São Paulo referentes aos exercícios de 2013 a 2019.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pois não, pela ordem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sra. Presidente, eu quero dizer, deixar bem claro, que eu vejo aqui itens que são perfeitamente pertinentes ao trabalho da CPI, perfeitamente pertinentes. E quando eu peço vista, eu vejo os outros companheiros também, é exatamente para clarear a situação e fazer a CPI andar no caminho mais rápido e mais objetivo. Esse item eu pediria vista pela seguinte razão: isso daqui é um tapa na cara do Tribunal de Contas, aprovar esse requerimento como ele se encontra, porque é a função precípua do Tribunal de Contas, está aqui, se quiserem eu leio, mas é desnecessário ler.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Com um orçamento de 900 milhões de reais.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É função precípua.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O senhor me permite um aparte?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Permito, sem dúvida.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Desde 2013, o Tribunal de Contas não julga as contas das universidades. Como pode não julgar desde 2013 as contas das universidades? É falta de funcionários do Tribunal de Contas?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não. Então nós.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Será que é falta de capacitação do Tribunal de Contas?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, nós temos de tomar alguma atitude contra o Tribunal de Contas então.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito, mas a CPI acaba não vendo, deputado. Medidas essas que nós vamos colocar sim. A deputada Valeria Bolsonaro é uma das que está lutando para isso, para a gente julgar as contas, acho isso é uma das coisas que nós temos que fazer aqui na CPI, é fazer com que as contas das universidades sejam julgadas junto com as contas do governador.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas essa é primeira, eu acho que é a coisa mais fantástica que a CPI, das mais fantásticas que a CPI e produziu é esta: é estabelecer um prazo, é inconcebível que haja prazo para votar contas do governador e da Assembleia e etc., e não haja para votar das universidades. E que fique seis anos, sete anos, oito anos sem votar, isso é inconcebível. Agora, nós estamos adotando uma solução errada: convocar um perito para analisar. Ou seja, desprezar o Tribunal de Contas, dizer que ele pode continuar sem fiscalizar, não julgar, não. Nós temos que requerer ao Tribunal por que e solicitando um prazo para votar. E já elaborar um Projeto de lei criando isso, essa é a minha sugestão. Eu acho que simplesmente convocar, contratar um Instituto de Criminalística para fazer a análise. Eu não sei se estou entendendo. Não sei se estou sendo claro, eu quero preservar a CPI. Eu acho correta a decisão, mas não é esse, nós estamos dando tiro no lugar errado, essa é a colocação.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pois não, pela ordem, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Nós estamos investigando, e essa investigação, deputado Barros, infelizmente, só vai até 9 de novembro, é o prazo final. Até lá nós temos que ter um parâmetro para poder, para quem nós vamos distribuir todo esse relatório: ao Ministério Público.

Se nós entregarmos para o Ministério Público sem antes uma realização dessas perícias das infrações que possa haver, o Ministério Público vai ter de fazer todo esse processo. Para que nós vamos esperar o Ministério Público tomar, levantar, fazer toda essa perícia, se nós já podemos entregar isso pronto para ele, é o eu quero, entregar a CPI pronta para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas: “Ó, isso aqui, o núcleo de crimes contábeis analisou e realmente comprovou que há regularidade, está comprovado que não há irregularidade”. É isso que eu quero, que seja levado isso, não estou tirando, não quero tirar jamais a responsabilidade do Tribunal de Contas, mas até o prezado momento, o Tribunal de Contas, diante da CPI que nós estamos fazendo, não mostrou o seu papel nas universidades, e não estou o desmerecendo. Porém, nós precisamos sair daqui com uma resposta, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu dou um aparte para Vossa Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É humanamente impossível. Isso daqui, como é que vai um perito.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não é um perito, é uma equipe. No momento que o perito é pedido, vem uma equipe.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Como é que vai analisar as contas de três universidades durante seis anos? É evidente, o objetivo aqui está errado. O que nós precisávamos é talvez suspender esses requerimentos e manter uma conversa com o Tribunal de Contas. Como é que é possível a gente resolver essa situação antes do fim

da CPI? A minha sugestão é essa. Uma reunião nossa ou de V. Exa., que é o presidente, com a vice-presidente, com o Tribunal de Contas, porque essa situação não pode perdurar. Nós vamos compactuar com essa demora? Não é correto isso, não é correto, e eu não vejo nenhum problema em nós questionarmos o Tribunal de Contas. Porque todos nós temos o prazo para sermos analisados, os prefeitos têm, os deputados têm, a Assembleia tem, o governador tem, eu acho que as universidades também deveriam ter. Eu acho que nós não podemos compactuar com uma situação como essa. A minha sugestão é essa, nós suspendermos por uma semana, no máximo, e irmos ao Tribunal de Contas, eu me disponho a ir também, se o senhor me convidar. Eu faço questão de ir e dizer: “Não, isso aqui não é possível”.

Agora, essa solução, presidente, eu não quero procrastinar, muito pelo contrário, ela é uma solução impossível, nós não vamos fazer isso até outubro em hipótese alguma. Agora, se os senhores entenderem que devem aprovar, eu não vou obstar, eu acho só que eu quero melhorar a situação da CPI.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pergunto a todos os deputados.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não havendo oradores inscritos.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Pela ordem, Sra. Presidente. Eu sinceramente estou na dúvida. Eu vejo bons argumentos dos dois lados, eu acho que, é difícil eu elogiar deputado aqui, você sabe. Eu acho que o deputado Wellington está fazendo um excelente trabalho na Comissão, está indo atrás, está cavoucando para caramba.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu acho que aquele requerimento anterior foi o melhor de todos.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Está provocando discussões.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Bem objetivo, bem específico, querendo saber tal coisa sobre isso. Esse é o caminho que eu acho, também quero endossar os seus cumprimentos.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Acho que não poderia ter presidente melhor, está indo muito bem. Só que eu me coloco em dúvida às vezes, nós temos um Tribunal de Contas com um orçamento, como ele falou, de 900 milhões para fazer isso, e não faz. Aí ele faz o requerimento, que é pertinente, o senhor traz um contraponto que é pertinente.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado Arthur, obrigado, primeiramente, pelas palavras. Mas o que eu quero? Eu quero que aqui, quem vai vencer nesta CPI não é o deputado Wellington, não é a deputada Carla, somos todos nós. Eu acho que, no momento em que a gente está investigando, se não há, quem vai vencer são as universidades, e com o maior prestígio. Eu parabeneizei, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o próprio ex-reitor, aliás, o reitor Marcelo da Unicamp. Eu disse para ele: “O senhor está fazendo um excelente trabalho porque está corrigindo”. A transparência que não houve ele já modificou, mostrou a transparência, os cortes das duplicidades ele cortou, eu acho que a gente tem que dar a honra quando a pessoa merece a honra. E quando a gente vê um reitor que realmente corrige as coisas do passado, ele está mostrando que ele quer deixar o legado dele positivo na faculdade. Acho que o legado que a CPI aqui quer deixar: “Ah, a gente está investigando, fazendo caça às bruxas”; nada disso, mas, poxa, o trabalho que poderia ter sido de 2013 para cá, desses seis anos, vamos dizer, se a gente conseguir fazer esse trabalho aqui na CPI em dois meses, tempo que falta, eu acredito que vai ser, vai mostrar para a sociedade que nós não estamos aqui discutindo com o outro, fazendo panelinha. Não, nós estamos aqui realmente para mostrarmos o trabalho para a sociedade. Cada um aqui tem o seu trabalho, o deputado Barros Munhoz já foi ministro, tem toda uma carreira política pela frente e do passado. Eu acho que cada um de nós aqui vai mostrar que nós estamos aqui realmente para apurar. E se a gente achou irregularidade, para a gente, para não falarem que – “Ah, deputado” – que nem eu fui muito questionado: “O deputado que é o presidente da CPI não tem profissão, não tem curso superior”. Então quer dizer que eu preciso curso superior para fazer uma CPI, quer dizer, que eu preciso ser médico para investigar as...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Uma barbaridade.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É um absurdo. Então acho que cada um cada um de nós aqui vai sair daqui com uma vitória, a função das atribuições até dos, é realizar perícias de infrações penais que necessitam de exame de material fiscal, contábil e administrativo. Eu acho que no momento, vai ao encontro de tudo que nós estamos procurando aqui, a todos os relatórios contábeis que nós pedimos durante todo esse período na CPI. Agora vamos pegar isso, vamos ponderar lá para a frente: para que? Para depois chegar no final: “Ah, diante de a gente não ter uma equipe técnica...”. E eles vão vir aqui não é para me assessorar, eles vêm assessorar cada relator. O deputado Daniel José é um relator, a deputada Valeria Bolsonaro é a relatora final, vão assessorar a todos. Acho que é de suma importância dar um parecer final sobre isso.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Só para esclarecer. Na verdade, o Tribunal de Contas trabalha por amostragem. Acho que pode ser um ponto aqui decisivo para a gente escolher isso aqui. Já que o Tribunal de Contas trabalha por amostragem, como a gente está querendo dar um olhar mais atento a esse período e a essa conta específica, talvez isso aqui, pegando uma outra amostragem diferente do Tribunal, talvez pegue algumas coisas mais interessantes que a gente não conseguiu ver pelo próprio trabalho do Tribunal.

Então acho que uma justificativa, entre aspas, técnica para esse requerimento específico, sem demagogia, sem isso e aquilo. É o seguinte: “Como trabalha por amostragem e a gente não ficou satisfeito especificamente com isso, nós vamos requerer especificamente uma análise mais detalhada aqui, por uma amostragem um pouco mais precisa”. Então eu acho que então fica bom para todo mundo.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Cada deputado poderá apresentar a sua.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vai requerer a quem? Ao setor de criminalística?

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Sim.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Que vai apresentar uma pessoa. E cada deputado, diante das provas que pegou, apresenta: “Olha, eu achei isso, você pode analisar isso para mim”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, sim.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Então vamos votar.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para fazer essas análises pontuais.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu quero me manifestar contrário, até porque o risco que a gente corre aqui é ligar para o IC e não ter nenhum funcionário para receber o ofício nosso. Sabe, a gente está valorizando.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu já entrei em contato, tem que pedir uma reunião com eles.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então eu vou aprovar também. Então vou aprovar.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Aprovado.

Item número 19 é um requerimento de número 67 que requer ao Sr. Reitor da Universidade Estadual Paulista, Unesp, professor Dr. Sandro Roberto Valentini, o relatório discriminando os bens móveis e imóveis das variações patrimoniais diminutivas apontadas no balanço patrimonial de 2014 que demonstrou uma queda de patrimônio aproximada de 400% em relação ao exercício anterior de 24.249.443,98 reais para 87.494.516,39 reais, comprovando a destinação dos bens reduzidos da

Universidade à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Gestão das Universidades Públicas.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pois não, pela ordem.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, eu só queria, acho que esse é mais um item que a gente vai ter que rescrever, porque eu não consigo imaginar o que é uma perda de patrimônio móvel e imóvel de 400%. Sendo que ela varia de 24 milhões para 87 milhões, então houve um aumento.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por isso que eu tenho um assessor técnico que trouxe todas as informações corretas para eu poder trazer. Eu não iria trazer um número, sem ter, um número fake.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu imagino, sendo uma redução.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu estou com a planilha aqui, eu trouxe a demonstração da variação.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu estou com a palavra, deputado. Eu não duvido que os números estejam corretos. Eu só acho que tem um erro na escrita. Então, por exemplo, a variação de 24 milhões para 87, eu imagino que seja o contrário, uma vez que que é redução: de 87 para 24? Faz sentido, não? Uma redução, uma queda de patrimônio de 400% não existe. Como é que eu perco 400% de tudo que eu tenho? Alguém me explica?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por favor.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Deixa-me só explicar uma coisinha antes. Colocar a presença do deputado Rafa Zimbaldi na CPI.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só para trazer uma transparência, o meu assessor.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Qual é essa variação, como me explica esse percentual?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por favor, Roni, primeiramente explica aqui, de onde você veio, porque você – é um assessor que veio da Secretaria da Fazenda e eu trouxe para cá. E qual é a sua especialidade, por favor?

O SR. RONNYE OLIVEIRA SOUZA - Sou funcionário concursado da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, vamos direto à pergunta, porque eu não tenho dúvida da sua capacidade técnica.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É a capacidade técnica que a gente tem de passar para você, deputado, agora, o porquê chegou a esse número.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Pela ordem, presidente. Eu não duvido da capacidade dele, ele pode ter um currículo excelente, mas eu concordo com o Daniel. Eu também não entendo como uma pessoa pode perder 400%. Ou se perde 100%...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por isso que eu queria convocar o reitor e V. Exa. não permitiu. No dia de hoje.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - A gente é a favor dos requerimentos, só que estão mal escritos, é só isso.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Eu não quero passar vergonha. A CPI mandou um texto falando que eu perdi 400%. Exatamente.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Porque se eu fosse o Sandro, eu ia dar risada disso.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Eu ia usar isso contra a CPI. Eu ia falar: “Eles estão me requerendo”.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Isso solta no jornal, pronto, acabou.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pode soltar, eu me responsabilizo por isso.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Mas eu, bom, eu quero votar a favor desse requerimento, só que eu acho que ele está mal escrito.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por favor, ele vai explicar para você, por favor.

O SR. RONNYE OLIVEIRA SOUZA - Conceitualmente, só o 400% é em relação a uma queda de 24 milhões, porque é assim: pegue o patrimônio total da universidade na casa de dois bilhões, em cima disso, falando que teve uma perda em 2013 de na casa de 24 milhões. Que é um valor que, pega os anos anteriores, era mais ou menos nessa casa também de 24, 23 milhões, ou seja, o quanto reduz o patrimônio total da universidade. Isso, nesse ano específico de 2013 para 2014, o que era uma média de 24 passou para o valor de 87 milhões de redução de patrimônio. Então, comparando 24 com 87 dá próximo de 400% não é 400%, é 380%, mas é para aproximar só o valor em relação ao tamanho, à redução do patrimônio, é esse o sentido. Se V. Exa., é lógico, quiser melhorar a redação, mas o sentido é esse.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu entendi. (Vozes sobrepostas.) Agora eu entendi o que você quis dizer. Agora o ponto é quanto mais simples melhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Dá para você explicar, deputado Daniel? Eu não entendi ainda, por favor.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Bom, a redução no ano anterior de patrimônio foi de 24 milhões e no outro ano, no ano seguinte, foi de 87. Então, de 400%, na verdade, um aumento de 72%, não é? Pensando aqui é 72%, não é 400.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Mas de qualquer forma.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Mas tudo bem.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - A questão aqui não é o número, a questão aqui é como foi escrito. A gente precisa mudar.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Tem erro, porque não é 400, nem é 24 milhões. Para você ter um aumento dessa redução de 400%, ela tem que ser cinco vezes maior, mas ela não é.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Então vamos fazer o seguinte.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - O aumento é de 72%.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputados, se V. Exas. estão preocupadas com os 400.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - É matemática básica.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Já que V. Exas. estão preocupadas com os 400.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Tira, simplesmente.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Vamos tirar os 400. Então, continuando aqui: “que demonstrou uma queda de patrimônio, ponto. Em relação ao exercício anterior”.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Ponto. É isso.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Vocês concordam?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Isso, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pronto. Então.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu assino o mesmo, deputada, por gentileza, eu peço a V. Exa., presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pode continuar? Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação, os deputados que estiverem a favor permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item de número 20, é o requerimento número 68 de 2019 que requer ao Sr. Reitor da Universidade Estadual Paulista, Unesp, professor Dr. Sandro Roberto Valentini, o relatório discriminado dos bens móveis e imóveis das variações patrimoniais diminutivas apontadas no balanço patrimonial de 2017, que demonstrou uma queda de patrimônio aproximado.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente. Pediria, por gentileza, alterar também e tirar o aproximado.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O.k., uma queda de patrimônio em relação ao exercício anterior de 24.531.484, 52 reais para 74.816.096,72, comprovando a destinação dos bens reduzidos da universidade durante a gestão do atual reitor, Dr. Sandro Roberto Valentini à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Gestão das Universidades Públicas. Em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação, que estiverem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item de número 21, do deputado Wellington Moura, requerimento da CPI número 69 de 2019, que requer ao Sr. Reitor da Universidade de São Paulo, USP, professor Dr. Vahan Agopyan, o relatório conclusivo da auditoria e a cópia integral do

processo de sindicância instaurado que apurou diversas irregularidades na gestão do Dr. João Grandino Rodas, com objetivo de prestar informações sobre os atos da gestão a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Gestão das Universidades públicas. Em discussão. Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que estiverem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passo o trabalho agora ao nosso presidente Wellington.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Obrigado, deputada, e Srs. Deputados. Registrar a presença do deputado Rafa Zimbaldi. Esta reunião também foi agendada para proceder a oitiva do professor Marco Antonio Zago, ex-reitor da Universidade de São Paulo, da USP, nos termos do artigo 13 da Constituição do Estado de São Paulo, do artigo 34-B2 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa e do artigo 3º, I e II da lei 11.124 de 2002 do Estado de São Paulo, com o objetivo de prestar informações sobre os atos de sua gestão durante o período de 2014 a 2017 à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Gestão das Universidades Públicas.

Então quero convidar à Mesa Dr. Marco Antonio Zago ex-reitor da Universidade de São Paulo, também presidente da Fapesp, mas V. Exa. está vindo aqui como ex-reitor. Por gentileza, aliás, ao lado da deputada, por gentileza, Dr. Marco. Obrigado pela presença. E eu gostaria, Dr. Marco, porque o senhor foi convocado, depois o senhor completa essa lista, por gentileza, é o nome completo, idade, estado civil, profissão, local de trabalho, endereço de trabalho, cargo, se tem grau de parentesco com algumas das partes, grau de parentesco. E V. Exa., por favor, lesse esse termo de compromisso do depoente, por gentileza.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Termo de compromisso. Sob a minha palavra de honra, prometo dizer a verdade do que souber e me for perguntado relacionado com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Dr. Marco, o senhor tem o tempo de 20 a 30 minutos, para V. Exa. poder apresentar, fazer uma explanação antes de os deputados fazerem algum questionamento então. Está esperando o slide?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, estou pronto.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Vossa Excelência tem o tempo regimental, por gentileza.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Desculpa, Dr. Marco. Eu vou abrir a lista de inscrição para que cada deputado possa se inscrever. Eu já me registro como primeiro dessa, logo em seguida deputado Daniel José.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Está bem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu pedi para distribuir um material em que está registrado isso que eu vou falar, de fato eu vou procurar ler. O texto está distribuído, no texto há referência a documentos, a 32 documentos que estão apensados, todos eles aqui para que os deputados possam examinar cada um dos documentos apensados. Além disso, eu mostrarei alguns diapositivos, eu não vou fazer uma apresentação didática, entendo que não é esse objetivo.

E começo dizendo o seguinte, que para entender o que ocorreu na USP entre 2014 e 2018, que foi o período do meu mandato como reitor, nós temos que retroceder aos anos anteriores, e particularmente 2013, porque naquele momento havia grandes incertezas quanto aos destinos da Universidade, circulavam semanalmente boatos sobre reforma de estatuto para permitir a eleição de reitor, ameaças de greves, paralisações, invasões. E várias lideranças exigiam uma reforma do processo de escolha do reitor.

E nesse ambiente de bastante intranquilidade, em julho de 2013, portanto, poucos meses antes do final da gestão anterior, teve início uma ampla discussão sobre as eleições, quando em situações anteriores as candidaturas já estariam postas nesse momento e a disputa em andamento. Em 1º de outubro de 2013, o Conselho Universitário aprovou as novas regras para a eleição de reitor. E descontentes com o desfecho, alguns grupos da comunidade universitária que esperavam uma reforma de maior alcance invadiram o Prédio da Reitoria, do Conselho Universitário e ali permaneceram por 42 dias. Apesar disso, aquela reforma teve um papel estabilizador, pois ela trouxe uma imediata segurança jurídica, cessou a boataria, mudou finalmente o processo de escolha do reitor. O seu principal mérito foi reduzir a influência pessoal dos altos dirigentes, reitor, vice-reitor, pró-reitor, sobre a escolha dos seus sucessores. E assim, em 27 de dezembro, depois de uma campanha concentrada e intensa, e uma eleição que me colocou no topo da lista tríplice com 73% dos votos válidos, fui então nomeado reitor, cargo que eu assumi em 25 de janeiro de 2014.

No início de janeiro, comecei então a me preparar para a posse, escolhi os principais auxiliares e começamos a trabalhar. Nas três semanas iniciais de janeiro, nós fomos descobrindo uma realidade que todos, ou quase todos, desconheciam. A cada dia chegavam informações preocupantes. No ano que terminara, 2013, a USP havia gasto um bilhão de reais a mais do que havia recebido do Tesouro do Estado. Tirando esse dinheiro de suas reservas, cuja dimensão das reservas nenhum de nós conhecia.

Tínhamos perto de 500 milhões comprometidos com obras em andamento, ou que estavam se iniciando. E, como está ali agora, em dezembro anterior, à véspera, exatamente na véspera da eleição, a Reitoria havia distribuído 539 novas vagas para contratações de docentes, que se viessem a ser concretizadas agravariam enormemente a situação de desequilíbrio financeiro. O seguinte, por favor.

Para completar, veio a decisão judicial de interditar o campus da USP Leste, que permaneceria fechado por 195 dias a um custo adicional de oito milhões de reais. A interdição atendeu a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público, tendo em

vista a ausência de medidas concretas por parte da USP por longo prazo diante de alegados perigos de contaminação ambiental. Cerca de cinco mil estudantes começariam o ano letivo dentro de poucas semanas, e nós tivemos que buscar alternativas para acomodá-los, para não cancelar o semestre. Nós tivemos, pois, aqueles que iniciavam a gestão, tivemos que tomar medidas drásticas e imediatas e que foram recebidas com surpresa pelos docentes e funcionários da Universidade.

A imprensa imediatamente começou então a falar de crise na USP. Na reunião do Conselho Universitário de 25 de fevereiro, exatamente um mês depois da posse, eu submeti o orçamento para o ano de 2014, já estava em curso e deveria ter sido votado no ano anterior, mas em 2013 houve apenas duas reuniões ordinárias do Conselho Universitário no primeiro semestre e uma extraordinária no segundo semestre para fixar as regras de eleição de reitor. Portanto, nós havíamos iniciado o ano sem orçamento. Os senhores sabem o que isso significa.

Ao iniciar a discussão do orçamento daquele ano, que já estava no terceiro mês, uma situação inusitada, eu pronunciei um discurso que está completamente transcrito no documento 5 e que corresponde à minha primeira manifestação pública sobre a situação financeira da USP. Embora, ele esteja transcrito, eu vou ler alguns trechos relevantes. Por favor, muda o diapositivo.

“O balanço orçamentário da USP nos últimos cinco anos foi o seguinte: 2009, superávit de 127 milhões, 2010, superávit de 205 milhões, 2011, déficit de 71 milhões, 2012, déficit de 572 milhões, 2013 déficit de um bilhão de reais. No curso dos últimos quatro anos, a Universidade contratou 2.414 novos servidores, uma expansão de 16% do quadro de servidores não docentes, e o salário médio dos servidores aumentou em 73% em relação ao valor de 2009. O comprometimento com a folha salarial superou a 100% dos repasses da cota-parte do Governo do Estado de São Paulo”, isso está registrado na Ata do Conselho. E eu encerrava: “Devo lembrar que em 2010 o comprometimento da folha de pagamento das três universidades públicas paulistas era o seguinte: USP 79%, Unesp 83%, Unicamp 82%. Em 2013 a USP havia subido para um comprometimento de 100%, Unicamp, 92% Unesp, 89%”. Concluía: “Em resumo”, eu disse, “o problema é que a USP aumentou a massa salarial de uma maneira incompatível com a nossa previsão orçamentária e isso é insustentável”. Os dados estão resumidos ali.

No início de abril havia, portanto, uma grande indignação na Universidade com aquela situação. Eu escrevi então uma carta à comunidade, docentes, servidores, alunos, explicando as medidas iniciais de restrição orçamentária e tentando acalmar os ânimos.

E essa carta está ali, é o documento 6, e eu ressalto alguns pontos que dizia ali. Em junho de 2012 a USP tinha reservas da ordem de 3,6 bilhões de reais, que haviam já naquele momento caído a 2,31 bilhões no início de 2014 e continuavam caindo rapidamente. No início de 2014 o comprometimento com os gastos de pessoal já havia atingido 105% e continuaria crescendo mesmo com a suspensão das contratações, porque nós teríamos que honrar os pagamentos de promoções que já haviam sido autorizadas e o crescimento vegetativo da folha.

Finalmente, alertava que o problema financeiro não se devia apenas a construções de grandes prédios ou gastos com programas, mas, principalmente, ao expressivo gasto com pessoal. A pergunta é a seguinte: o que levou a USP a um desequilíbrio financeiro? Foi uma combinação de três causas. Seguinte, por favor, Sandra.

Uma combinação de três causas. Primeiro, o aumento das despesas com custeio e investimentos, que saltaram de 469 milhões em 2010 para mais de um bilhão em 2013. Seguinte. Houve muitas contratações de servidores, não de professores. Em quatro anos foram contratados 2.414 novos servidores técnicos e administrativos, elevando a relação entre servidores para docente para 2,6 servidores para cada docente. Quando nós examinamos várias universidades brasileiras e do exterior, a relação mais comum está entre meio e um e meio servidor para cada docente. Seguinte.

Ao longo do quadriênio anterior houve um aumento desproporcional do salário dos servidores em relação aos docentes. Assim, 13.700 servidores, ou seja, 81% dos 17.500 servidores, tiveram aumento acima de 80%, quando nós comparamos o holerite de 2010 com o de 2014. Neste mesmo período, a soma dos reajustes concedidos pelo Cruesp foi de 29%. Isso está na tabela, no documento 7. Entre os docentes, por outro lado, 78% dos docentes tiveram aumento na faixa de 20 a 40%, respeitando os parâmetros do Cruesp. Seguinte, por favor.

Como resultado, a massa salarial total da USP aumentou de 2,7 bilhões em 2009 para 4,4 bilhões em 2013, ou seja, cresceu 63% e aumentaria ainda mais atingindo 76%, ou seja, 4,7 bilhões em 2014, em virtude de compromissos já, como eu disse anteriormente assumidos. Seguinte. Acompanhando esse incremento da massa salarial total. aumentou ainda mais a desproporção de salários pagos aos servidores em relação aos docentes, a percentagem da folha de pagamento da USP para pagar salários de servidores não docentes cresceu de 55% em 2009 para 62% em 2013. Portanto, essas

são as causas. Compreendidas as causas do desequilíbrio, vamos passar às medidas tomadas para revertê-las.

Então, ao longo do meu mandato, começando então nos primeiros dias, logo após a posse, e prosseguindo nos anos seguintes, foram tomadas medidas diretamente pela Reitoria ou propostas ao Conselho Universitário, que sempre as aprovou, as seguintes medidas. Primeiro: suspensão de todas as contratações de pessoal, incluindo substituições de aposentados ou demitidos. Revogação das portarias que haviam concedido 539 novas vagas de docente às vésperas da eleição. Suspensão das obras em andamento, como o Centro de Convenções, a nova sede do Museu de Antropologia Etnologia, do Museu de Zoologia, o novo edifício de 15 andares para abrigar a Procuradoria Jurídica, as fundações estavam se iniciando na Rua da Consolação. Suspensão da reforma do Teatro Guarnieri, todas elas somando 495 milhões de reais. Estão listadas no documento 13.

Comunicação aos dirigentes das diferentes faculdades e institutos que as grandes obras que haviam sido projetadas, muitas já tinham projetos executivos, estavam suspensas por tempo indeterminado. Como, por exemplo, um prédio de 20 andares que deveria ser construído na Cidade Universitária e cujo projeto executivo, como já estava concluído, nós tivemos que pagar. A aprovação no Conselho Universitário de um orçamento com cortes significativos. Depois, a publicidade, tornar público os valores do dinheiro do fundo de reserva para trazer esses recursos sob controle do Conselho Universitário. Seguinte.

Implantação de dois planos de incentivo à demissão voluntária de servidores PIDV, o que foi recebido com bastante aprovação pela imprensa de um modo geral. No total, o PIDV mais as restrições de novas contratações, e com isso o quadro de pessoal diminuiu de 3.726 servidores, caindo de 17 mil para 13.700. O alívio para as finanças da USP resultante dos dois PIDV foi da ordem de 430 milhões de reais por ano. Houve o aperfeiçoamento do Portal da Transparência, e eu determinei, por uma portaria minha, a publicação nominal de todos os salários de docentes e servidores da USP, a começar do reitor. E qualquer um pode consultar isso que está lá o salário pago. A criação de uma Controladoria nomeada pelo Conselho Universitário e respondendo ao Conselho, portanto, cabe a ela a responsabilidade de apontar a adequação da gestão aos programas da Universidade, em especial o controle de gastos.

E aí, complementando isso, o estabelecimento de um tipo de lei de responsabilidade fiscal, chamada de Parâmetros de Sustentabilidade Financeira, que

limita principalmente os gastos com pessoal, e que foi aprovada pelo Conselho Universitário em duas sessões. Faz parte disso, os Parâmetros de Sustentabilidade e inclui uma cláusula específica de controle sobre gastos e limitações do comprometimento no último ano do mandato do reitor. Completavam ainda o congelamento de benefícios, como auxílio alimentação e vale refeição. E, finalmente, seguinte.

A suspensão da distribuição anual de um assim chamado prêmio de excelência acadêmica. Um valor arbitrário, porque o reitor decidia de quanto era, um valor idêntico para todos os professores e servidores da Universidade. Em 2012, o prêmio de seis mil para cada um dos 23 mil servidores e docentes foi anunciado como excepcional. Em 2013, o prêmio foi anunciado cinco dias antes da eleição, mesmo reconhecendo que o desempenho acadêmico e administrativo não tinha sido excelente naquele ano. Resumo: no período de 2008 a 2013, esse prêmio custou à USP 380 milhões de reais.

Eu gostaria de apontar o seguinte, Sr. Presidente, 380 milhões de reais para comparação, se levarem conta tudo que a USP pagava, chamado extrateto, este que foi objeto de muita investigação, manifestação do Tribunal de Contas e assim por diante. Todo esse extrateto durante cinco anos é um valor menor do que esse daí. Todo extrateto dá 310 milhões em cinco anos. Com esse prêmio de produtividade, que foi suspenso e não mais pago na minha gestão, a USP despreendeu 380 milhões de reais.

Em resumo: a causa inicial do desequilíbrio financeiro é apenas uma. Não há que buscar coisas escondidas, ela está muito clara. Foi um crescimento rápido e expressivo com o pessoal, somado a gastos vultosos em construções. Quando eu assumi, esse era o motivo do desequilíbrio. Agora, as medidas de saneamento demoram muito a surtir efeito, principalmente porque gastos com pessoal no serviço público são muito resistentes a correção, mas há um outro fator adicional que não pode ser desprezado. Seguinte.

É que, em maio de 2014, a arrecadação de ICMS começou a desabar devido à crise econômica nacional, e isso reduziu o aporte às universidades. Essa queda persistente durou até julho, agosto de 2017, quando ocorreram os primeiros sinais de contenção da crise fiscal. É necessário, no entanto, ressaltar que quando a crise econômica começou, e reduzir a nossa capacidade de reação, reduzindo a receita da USP, o desequilíbrio financeiro já havia sido instalado, porque entre 2006 e 2013, o valor total de recursos de repasse do Tesouro do Estado para USP aumentou 105%, em um período em que a inflação foi de 55%.

Eu desejo enfatizar então que muitas dessas medidas tiveram caráter contingencial, o seu efeito determinou em prazo médio a contenção de despesas da Universidade. Por favor, o seguinte.

Equilibrando, como podem ver ali, e podem ver também no documento 26, equilibrando gastos e dispêndios, a linha alaranjada que está ali mostrada é o gasto total da USP em relação aos repasses do Estado, a linha azul é o gasto com pessoal. Vejam que, ao longo da minha gestão, nós fomos brigando contra a crise, mas os efeitos apareceram. Hoje, o gasto da USP está próximo de 100%, da maneira que reduzimos completamente, mas vejam que foi uma grande redução da despesa com pessoal, mas também de custeio e de gastos complementares. Vejam que nós caímos de 23% de gasto de custeio para 13%.

No entanto, além disso, eu gostaria de ressaltar que outras medidas tiveram um caráter estrutural, são mais permanentes, serviram de base, por exemplo, para que a gestão atual promova uma administração mais saudável, e eu gostaria de destacar aqui as seguintes medidas. A criação da Controladoria, a aprovação dos parâmetros de sustentabilidade financeira, a cláusula de controle de gastos no último ano de mandato do reitor e a obrigatoriedade da aprovação de todos os reajustes salariais que são concedidos, que eles sejam aprovados no Conselho Universitário e não pelo reitor apenas, e a incorporação dos valores da reserva ao orçamento da USP e, portanto, controle do Conselho Universitário.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte, porque faz parte da minha gestão. Apesar de todo esse tempo e empenho para restabelecer o equilíbrio financeiro, foi um período em que nós conduzimos importantes ações, altamente positivas para a Universidade, e eu gostaria de citar algumas que são importantes.

Reformulação do processo de eleição dos diretores das faculdades e institutos, abolindo a lista tríplice e, portanto, o reitor não escolhia mais quem ia ser o diretor, a unidade local escolhia, porque este era motivo constante de queixas e de negociações, então ele escolhia quem ele achava que seria mais adequado aos seus objetivos.

A criação da Comissão Permanente de Relações do Trabalho, com representantes de servidores e da administração, chamada COPERT, que se reúne regularmente. Isso contribuiu muito para o apaziguamento da Universidade. Os senhores têm ouvido falar de greve na USP ultimamente? Acabou.

Aumentamos a proteção dos nossos estudantes, professores, funcionários técnicos e administrativos e de todos os que visitam os nossos campi, implantando o

programa USP segura, supervisionado pela Comissão de Direitos Humanos, houve a criação de uma força permanente de polícia comunitária, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, usando um modelo japonês de vigilância local, que garantiu a queda de todas as formas de delitos e criminalidades no campus da Cidade Universitária. Um exemplo: 2014, 18 roubos de carro no campus em 2014; 2018, um. E assim todos os índices caíram. Esse programa foi completado pela instalação de uma rede de 500 câmeras de segurança de alta resolução ligadas em tempo real com o sistema da Secretaria Estadual de Segurança.

Reformulação da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo ministro José Gregori, participação de membros interno e externos à comunidade acadêmica. Essa Comissão atua como um órgão independente para análise e revisão de todos os casos que envolvem direitos individuais, queixas de violência e acompanhamento do programa de segurança do campus.

A criação de um escritório USP Mulheres, coordenado pela professora, Eva Blay, professora nossa de sociologia e ex-senadora dedicada a melhorar as relações de gênero na Universidade, defesa das mulheres. Como resultado combinado das ações anteriores, desapareceram as queixas de violência contra as mulheres no âmbito da Universidade. Em 2016, eu lembro que a Assembleia Legislativa chegou organizar uma CPI para examinar abusos contra as mulheres no âmbito das universidades paulistas. Em 2018, não houve qualquer notícia na imprensa relatando esse tipo de violência na Universidade de São Paulo. Seguinte.

A consequência, a USP passou a ser a única universidade brasileira a integrar o esforço ONU Mulheres, chamado HeForShe. Como reitor, eu representei a USP na reunião da ONU Mulheres em Nova York, em 2017, para relatar o nosso progresso. Seguinte. Estou eu lá com os representantes da USP que foram.

Nós organizamos, com a participação da Pró-reitoria de Graduação, do Escritório USP Mulheres e das diretorias das faculdades e institutos, uma campanha intensa anual contra o trote violento. O trote violento foi praticamente extinto da USP. Não se fala mais, antes estava todo ano nos jornais.

Mais de 20 cursos sofreram reformulações expressivas, criamos dois cursos de sucesso: um de biotecnologia na USP Leste e um novo curso de medicina, o terceiro da USP, em Bauru; teve 105 candidatos por vaga no primeiro vestibular.

Nós mudamos radicalmente o processo de acesso aos cursos de graduação. Nesses quatro anos a USP fez o maior progresso de sua história no sentido da inclusão

social e étnica. Em 2013, a percentagem de ingressantes na USP, originários de escolas públicas, foi 28%. Em 2019 alcançou 40%.

Reformulação e funcionamento efetivo do Conselho Consultivo da USP, com representantes externos, incluindo um representante da Assembleia Legislativa.

Proibição da venda e uso de bebidas alcoólicas em território da Universidade de São Paulo, maior transparência no funcionamento dos colegiados. Transmissão ao vivo por televisão das sessões do Conselho Universitário. Seguinte, por favor.

A criação de um centro de inovação denominado Inova USP, o edifício de 15 mil metros quadrados com vários laboratórios destinados à cooperação entre indústria, setor produtivo, Universidade, e um laboratório conjunto da USP com o Instituto Pasteur da França. Seguinte.

A assinatura do primeiro acordo do estado de São Paulo com o Global Compact – Cities Program da ONU, para desenvolvimento de projetos de cidades sustentáveis e instalação do escritório do Global Compact. Seguinte.

Na USP. E, finalmente, apesar das restrições financeiras, a Universidade de São Paulo continua a ser a universidade brasileira mais bem avaliada no cenário internacional, como aquela que tem maior número de cursos de graduação reconhecidos como de excelência. Seguinte e último.

Eu encerro então, Sr. Presidente, Srs. E Sras. Deputados, concluindo que nesse período a Universidade de São Paulo, a meu ver, soube, e isso é muito importante, usar com prudência a sua autonomia. Não adianta esconder, houve um enorme desequilíbrio de gestão e financeiro, mas ela usou a sua autonomia para corrigir os desequilíbrios financeiros e de gestão, sem necessidade de qualquer interferência externa. E isso mostra que ela faz jus à autonomia. A Universidade é capaz de gerir os seus próprios negócios, quando ocorre desequilíbrio ela é capaz de fazer as correções com as forças internas da própria Universidade. É claro que há conflitos, há discussões, a Universidade é um território para isso, mas finalmente, o resultado final, quando olhado depois de 5 anos, 10 anos, 15 anos, ele é altamente positivo, e portanto, eu diria que ela continuou a produzir pesquisa de qualidade, manter os melhores cursos de graduação do País e estender serviços à comunidade nas mais diversas áreas de aplicação.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Quero deixar registrado que até o prezado momento não conseguimos falar com João

Grandino Rodas, estamos – vamos enviar uma carta agora -, conseguimos o endereço para que possa chegar essa correspondência, mas até o prezado momento a CPI ainda não conseguiu contato com ele. Caso algum deputado possa nos ajudar, será importante.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Para que ele possa, na convocação que já foi realizada, se não me engano foi o deputado Daniel José que fez, para que ele possa estar presente também para trazer os seus esclarecimentos. Pela ordem, deputado Arthur do Val.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Olha, na verdade, eu costumo ouvir os reitores e fazer as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Mas, deputado, o senhor quer se inscrever? É isso?

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - Não. Eu só queria fazer uma observação para o reitor, agradecer a apresentação, achei excelente, e pedir desculpa por um episódio que aconteceu aqui nesta Casa, quando o deputado Giannazi fez graça, veio trazer umas bombas aqui para o senhor, o senhor não merecia ter passado, por isso. É muito fácil ser populista, contratar um monte de gente, aumentar um monte de salário e deixar a trolha para o próximo reitor. O senhor foi muito responsável e em nome até da popularidade foi lá e fez o que era preciso ser feito. Então, espero que mais pessoas tenham a mesma atitude que o senhor teve. Só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu me inscrevi como primeiro, mas vou deixar o deputado Daniel José como primeiro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Deputado Daniel, o senhor me faria um favor? Eu tenho um compromisso inadiável.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Sem problemas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu preciso falar no máximo cinco minutos, no máximo. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, desculpa a minha insistência, mas se pudesse não enviar nenhuma solicitação ainda referente ao item 18, no máximo por uma semana, e a gente tentar um contato com o Tribunal de Contas. Porque, na verdade, nós estamos pedindo um perito contábil para analisar a irregularidade da prestação de contas das universidades referentes ao exercício de 2013 a 2019. Eu já aprovei, eu estou a favor, eu estou com o grupo, com a CPI que está indo muito bem, e eu quero que ela continue e termine bem.

Mas eu quero fazer aqui um comentário. Às vezes, a gente até exagera na defesa das universidades, e eu até por ligação próxima com a Unicamp e histórica com a USP, foi lá onde eu estudei, foi lá onde eu me formei, tenho orgulho muito, muito grande, vivi talvez os melhores momentos da minha vida lá sobre as sacrossantas arcadas.

E então eu sempre fico assim incomodado porque eu sei distinguir. Eu faria uma perguntinha só. Houve uma grande venda de patrimônio imobiliário da USP na gestão anterior a sua, não houve Dr. Zago?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Houve? Não, pelo contrário, houve compra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Houve compra, aquisição.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - E de vários imóveis.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas não foram vendidos outros para serem feitas essas compras? Não?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, que eu me lembre não. É porque, veja, é curioso a legislação da Universidade permite ao reitor comprar, é uma decisão administrativa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Vender patrimônio, se desfazer de patrimônio exige aprovação no Conselho Universitário por maioria absoluta de votos. Quer dizer, se desfazer de patrimônio é algo difícil, mas adquirir não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Que eu me lembre, eu posso estar enganado, mas eu não me lembro de vendas, mas sim de aquisições.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito. Eu quero fazer um comentário rápido, o Ulisses Guimarães disse certa feita que se você quer conhecer uma legislatura pior do que atual, venha aqui conhecer a seguinte. Eu, com todo o respeito e admiração ao Ulisses Guimarães, essa turma que entrou agora aqui desmente esse ditado, graças a Deus. Entrou uma turma valorosa, bem-intencionada, nós veteranos aqui, o Wellington e eu, nesse momento aqui precisamos enaltecer isso. Pessoal sério, pessoal que quer fazer as coisas, todos os novos aqui, o Paulo é veterano, mas aqui na Assembleia também está no primeiro mandato, o Arthur, o Daniel, a Valeria, a Carla, é verdadeiramente auspicioso.

Então, eu quero dizer, Dr. Zago, que eu me orgulho muito de o senhor ser hoje o presidente da Fapesp, de o senhor ter sido reitor da USP e do senhor ter sido secretário da Saúde do Estado de São Paulo, é importante que a gente valorize isso. A gente está cansado do noticiário, eu vivi assistindo ao noticiário do jornal. Eu sou do tempo do grande jornal falado da Tupi, Corifeu de Azevedo Marques. Tinha um de manhã, Daniel, mas você não pode lembrar, faz 60 anos isso. Vai demorar para você chegar à metade disso. Brincadeira, mas era fantástico, hoje, eu não consigo mais assistir ao noticiário, e a gente vê uma excelência de um trabalho, bem-intencionado, competente, consciente, responsável.

Então, eu quero dizer que nós vamos encontrar erros, e esses erros serão corrigidos, mas são infinitamente menores do que os acertos, graças a Deus. E, Daniel, vai em frente, você tem um Projeto, vamos fazer agora o contrário de uma CPI, um colegiado, Assembleia e universidades, para melhorar o que tem de errado. A gente manifestar a nossa opinião, fazer críticas, trazer sugestões, ouvir essas informações.

Dr. Zago, conhecer esses números, eu estou saindo daqui motivadíssimo, animadíssimo, e parabenizar o Wellington, a Carla como vice, você como presidente, e

todos os companheiros. E pedir desculpas pelos excessos, a gente comete mesmo. Certo? Mas tem muita coisa errada para consertar no Brasil. Talvez uma das últimas sejam as nossas universidades públicas de São Paulo, porque são modelo para o Brasil e para o mundo. Peço desculpas por me retirar, parabéns moçada, vão em frente.

O Arthur ponderado é o grande Arthur que a Assembleia tem hoje, grande abraço a todos.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Hoje ele vai ganhar estrelinha.

O SR. ARTHUR DO VAL - DEM - É quase uma contradição em termos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Pois não, Dr. Marco.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Caro deputado, só agradecer o seu entusiasmo que sempre teve pelas universidades, sua luta de longo tempo, e realmente é interessante saber que há outros deputados jovens que estão também assumindo essa ligação. Quanto a achar que o seu tempo na USP foi o mais feliz e alegre da vida é o seguinte: felizes os tempos da juventude, sejam onde forem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É verdade. Muito brigado. Com licença pessoal; desculpa, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - De forma nenhuma, deputado Barros Munhoz, está registrada a presença. Passo a palavra então ao deputado Daniel José, e depois logo em seguida a minha pessoa, depois deputado Paulo Fiorino, deputada Valeria Bolsonaro.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Obrigado. Minha fala vai ser muito rápida, na verdade. Eu também gostaria de fazer um pedido de desculpas ao professor Zago pela demora com que a gente teve aqui na condução dessa reunião, e o quanto a gente fez o professor esperar. Então é um pedido de desculpas também.

Na verdade eu tenho muitas perguntas, mas todas elas eu vou reservar para o ex-reitor Rodas. Eu acho que ele é aquela pessoa que deveria responder aquilo que todos

nós aqui temos para perguntar. Os números não mentem, são evidências em si. E a gente ver o quanto de estrago foi realizado durante o período anterior ao do professor Zago, e o quanto que o professor Zago teve de energia e inteligência para conseguir envolver os outros membros do Conselho Universitário, os outros membros da Universidade num processo muito importante de reforma estruturante, que aliás serve de modelo para as outras universidades estaduais paulistas.

Então fica aqui um elogio muito grande, uma admiração enorme. Todas as vezes que eu tenho oportunidade de conversar com o professor Zago eu aprendo muito, e para mim é um modelo. Agora, eu de vez em quando, mesmo como parte do Conselho Consultivo, representando o Legislativo paulista, eu muitas vezes faço provocações e instigo a mudanças. E eu acho que isso é importante, apesar de admirar o trabalho que foi realizado pelo professor Zago e em seguida pelo professor Vahan, mais recentemente. E eu acho que isso é importante também para a gente conversar sempre, levar a universidade para a frente, e garantir que as mudanças que foram positivas continuem acontecendo. Cada vez mais mudanças positivas.

A gente tem que construir uma instituição boa e uma instituição boa independe das pessoas, da qualidade das pessoas que estão liderando essa instituição. A gente não pode contar que a gente sempre vai ter professores como o professor Zago, como o professor Vahan na liderança da Universidade de São Paulo. A gente tem que antever a vinda também de pessoas parecidas como o reitor Rodas, pessoas que fizeram muito mais prejuízo do que avanços na Universidade. Ao longo do tempo as lideranças mudam, isso invariavelmente vai acontecer, outros reitores ruins irão aparecer infelizmente, por isso que a gente tem que avançar o mais rápido possível enquanto a gente tem pessoas boas na liderança da USP para fazer com que ela seja cada vez melhor e sustentável no longo prazo.

Então, eu de vez em quando faço provocações, escrevo alguns artigos, faço alguns vídeos e por aí vai, mas sempre com essa mentalidade de tentar fazer com que as coisas melhorem o mais rápido possível, para que a gente consiga se proteger para os momentos difíceis, e quando os momentos difíceis chegarem, quando os reitores ruins voltarem à Universidade de São Paulo, a gente tenha instituições muito mais bem desenhadas e com muito mais travas para atos irresponsáveis.

Então eu só queria, na verdade eu não tenho nenhuma pergunta para fazer ao professor Zago, é mais uma vez registrar a minha admiração, uma admiração enorme

que eu tenho, não só pelo trabalho realizado, mas por tudo aquilo que o professor Zago ainda contribui, seja a Fapesp, seja trabalhando em conjunto com a gente.

Sobre aquela observação do deputado Barros, eu acho que é um trabalho que a gente tem buscado realizar e levar adiante. Há algumas semanas atrás, na verdade, um pouco antes do recesso, eu tive uma reunião com o governador João Doria, com o secretário Rossieli, a secretária Patrícia Helen de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia não esteve presente por estar na China naquele momento, e o secretário de Desenvolvimento Regional, junto também com o reitor Vahan. E a gente tem avançado numa agenda de modernização das universidades estaduais paulistas. Olhando em cinco eixos, de governança, fontes extraorçamentárias de receita, gestão fiscal transparente e responsável, mudança dos incentivos para pesquisa de ponta. Então, aprimorar os incentivos que os pesquisadores têm, e por último uma reestruturação inspirada no modelo das universidades da Califórnia, no modelo de ensino superior da Califórnia, que foi inclusive uma inspiração que veio do professor Zago.

Então, mais uma vez, a gente está trabalhando, está correndo atrás, tentando fazer a nossa parte, sempre em diálogo, e fazendo um trabalho em conjunto mesmo com o Executivo, para que a gente consiga avançar o mais rápido possível para que a gente não sofra mais quando eventualmente tivermos futuros líderes ruins na Universidade de São Paulo e em todas as outras universidades estaduais paulistas.

Então, mais uma vez, muito obrigado pelo trabalho, é uma admiração enorme, professor Zago. E é isso aí, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Dr. Marco, então agora sou eu que vou fazer algumas perguntas. O senhor enviou um e-mail, que é o documento 6, até está junto em seus documentos que você trouxe, interno da Universidade em junho de 2014, quando o senhor assumiu, que inclusive foi veiculado pela imprensa, informando o estado financeiro da USP no qual foram apontadas inúmeras irregularidades cometidas pela gestão do reitor Rodas. O senhor chegou a averiguar algum caso de nepotismo entre os servidores? Ou em contratos de prestação de serviços? Como são várias perguntas, se o senhor quiser fazer.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sim eu posso ir respondendo talvez e depois que terminar eu vou me referir a alguns comentários que o deputado Daniel já... Mas vamos continuar, depois eu respondo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Está bom.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Porque é meio atemporal, isso daqui não tem muito problema. Não, eu desconheço, deputado, qualquer denúncia de nepotismo. Claro que é uma pergunta muito objetiva, mas nada que eu me lembre que tenha chamado a minha atenção, se o senhor tiver alguma referência alguma coisa, o.k., mas que eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Perfeito. Não, eu só estou fazendo as perguntas. O senhor auferiu ou averiguou algum contrato de prestação de serviço irregular ou desnecessário realizado na gestão anterior?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, olha, com relação à gestão anterior, é muito difícil eu me pronunciar, deputado, porque a análise do que ocorreu na outra gestão implica juízo de valor daquilo que ocorreu no momento em que ocorreu. Quer dizer, é muito difícil para mim dizer: “Olha, esse contrato, essa compra, ou seja o que for, era desnecessária”. Houve eventualmente compras que nós tivemos depois que.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Cancelar contratos.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, os cancelamentos de contratos, que eu me lembre, a maioria diz respeito às construções, e as construções, realmente, eram um volume muito grande contratado e nós tivemos que encerrar. Por exemplo, estávamos iniciando um prédio de 15 andares, se não me engano 18 andares, na Rua da Consolação, tinha apenas aberto os fundamentos lá, e aquilo ia custar uma 28 milhões, uma coisa dessa ordem, então mandamos cancelar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Mas tinha estimativa financeira para poder pagar esse prédio, por exemplo?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Olha, veja, estimativa financeira tinha, depende de como o senhor analisa. Por exemplo, nós tínhamos recursos dentro das nossas reservas, que inicialmente ninguém sabia quanto era, depois ficamos sabendo, quando nós assumimos era dois e alguma coisa bilhões de reais. Então, se falasse: tem dinheiro para pagar isso? Tem, eu saco da reserva e pago. No entanto, o comprometimento da folha salarial e dos investimentos e consumo etc., a soma de tudo isso estava chegando a 125% do que nós recebemos o repasse do Estado. Ora, 125% significa o seguinte: nós recebíamos 12 repasses e tínhamos que disponibilizar 15. Então, o dinheiro estava lá, mas era o dinheiro ou foi o dinheiro que nos salvou ao longo de quatro anos e impediu que nós deixássemos de pagar salário, deixássemos de pagar o 13º, todos os nossos compromissos foram pagos regularmente.

Agora, se nós tivéssemos desembolsado tudo que estava previsto com construções, então aí não teria sobrado dinheiro. Então, a decisão foi interromper as construções, uma construção que estava já bem avançada como um Centro de Convenções, um projeto maravilhoso, uma coisa deslumbrante mesmo – está certo? No qual já havia sido gasta uma quantidade considerável de recursos, nós tivemos que parar, porque eu não podia arriscar tirar dinheiro da reserva para pagar construção. Era para pagar – quando o senhor tem uma grande queda da receita na sua família, o senhor reúne a família e fala: “De agora para a frente é o seguinte: não tem mais internet, cinema uma vez por semana só”, e é assim. E aí...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Esse imóvel ficou inacabado até o presente.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Está inacabado esse, um outro para os museus também está inacabado. Está certo? São construções.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E
se deram início na outra, na gestão anterior?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Começaram na outra gestão.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Obrigado. O senhor chegou a contabilizar os valores dos prejuízos assumidos pela Universidade durante a gestão anterior?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Olha, novamente, é difícil falar de prejuízo, deputado, mas eu apresentei aqui números muito concretos. Isto é, no ano de 2013 nós gastamos a mais do que recebemos um bilhão de reais; aí nós começamos a parar: para contratação, para construções, para tudo, mas a senhora não para um trem que está disparado assim de uma hora para outra, senão arrebenta tudo. Então vai desarmando, vai parando etc.; 2014 gastamos um bilhão a mais também; em 2015 que nós conseguimos reduzir o gasto a mais do que recebíamos, mas todo esse gasto a mais estava sendo tirado das reservas. Então não é prejuízo no sentido clássico de uma empresa que funciona.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Vocês tinham uma gordura para poder queimar e foi o que garantiu não quebrar.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Felizmente, mas essa gordura poderia ter sido usada, na minha visão, de outra maneira.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Houve casos de dupla matrícula na sua gestão ou nas gestões anteriores.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, isso é impossível de fazer na USP, há um controle que extrapola até o próprio reitor, o controle de gestão de pessoas, de recursos humanos etc., tem uma tradição, é muito bem estabelecido, isso não é possível de fazer na USP.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E nem dupla jornada de trabalho. Por exemplo, a Universidade e a Fundação, isso também vocês verificavam, acompanhavam isso ou não? A pessoa tinha uma dupla matrícula, por exemplo, na USP e uma na Fundação?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, isso não é possível também porque a Fundação informava aos departamentos do que estava correndo, quer dizer, a Fundação administrava essencialmente recursos externos que vinham para a Universidade. Por exemplo, contrato com uma empresa e uma pesquisa em parceria, a empresa vai depositar recursos para conduzir aquela pesquisa, então esses recursos eram depositados na Fundação, e a Fundação administrava, ela fazia as compras etc., também seguindo praticamente todas as regras dos recursos públicos, porque tudo isso vai para o Tribunal de Contas também, e é analisado.

Agora, nenhum docente da Universidade podia ser contratado pela Fundação, isso não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pois não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só para ajudar nesse tema. Dr. Zago.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sim.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor ouviu, antes do depoimento, o depoimento do reitor da Unicamp, que o deputado colocou sobre a dupla matrícula. E o senhor aqui agora afirma categoricamente que não era possível na USP. O que era diferente da USP para a Unicamp nesse caso? Porque o reitor lá disse que não; não tinha discussão de teto, ainda tinha um debate aberto, e nós podíamos fazer a dupla matrícula. Na USP não podia por quê?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, a questão de teto é outra questão.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não estou falando do teto, estou falando da dupla matrícula.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - É que o docente da Universidade de São Paulo, a grande maioria deles é contratada em RDIDP. Ele tem um único contrato.

Qualquer coisa que ele fizer externo a isso ele está desrespeitando o regime de trabalho, e portanto ele tem punições severas. Ele pode fazer algumas atividades fora do estritamente, mais aí isso tem que ser aprovado por uma comissão específica que acompanha a carreira docente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E não no mesmo horário também.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - No mesmo horário se ele for aprovado.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Ele pode ter uma liberação, chamada uma flexibilização, do uso de até oito horas por dia, se ele for fazer uma atividade que está relacionada com aquilo que ele faz na Universidade, quer dizer, é algo que é visto como um benefício. Mas esta de, por exemplo, um professor como eu, por exemplo, o reitor – está certo? Eu tenho um registro, um número de matrícula – tinha até a semana passada, até eu me aposentar -, então eu tenho um número, que eu não me lembro mais, já comecei esquecer, é um número específico que me reconhece dentro da Universidade de São Paulo para tudo, inclusive para folha de pagamento, para tudo. Aquele só pode ter um, não tem jeito de ter dois, é impossível.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu entendi. É que eu ouvi do reitor da Unicamp de que era possível ter dois. O regime da Unicamp.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - É idêntico.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É idêntico, então, o que podia facilitar a Unicamp ter duas e a USP não ter. Tinha uma determinação: não pode. Porque eu sei, eu tenho um registro funcional, eu só tenho esse registro, eu não posso ter dois. Agora, a universidade no caso ali criou dois.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Alguém achou que a legislação lhe permitia fazer isso dentro da Unicamp.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O.k., e na USP isso não foi feito.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Na USP isso nunca ocorreu.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor só falou agora também dessa possibilidade de aprovar no Conselho o caso de duplicidade, não de duplicidade, mas da possibilidade de ter oito horas de jornada. Isso era uma coisa recorrente? Vários foram aprovados.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Tem uma quantidade adequada, razoável de docentes que fazem isso, mas caso a caso é analisado nessa comissão, é uma comissão de 13 membros chamada Comissão Especial dos Regimes de Trabalho, é uma comissão bastante rígida, não muito popular na Universidade, são vistos como pessoas muito impopulares na Universidade. Eu não sei como eu acabei sendo eleito reitor tendo sido presidente dessa comissão, porque se você quer ficar impopular, você preside essa comissão, porque você fala muito mais não do que sim. Mas tem uma legislação muito bem estabelecida, tem regras, na minha gestão nós aprovamos algo chamado Estatuto do Docente, e todas essas regras estão consolidadas e podem ser consultadas: quando que pode, de que forma, isso daí é muito aberto.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado. Cumprimentar o deputado Carlão Pignatari, está aqui presente, líder do Governo.

O senhor afirmou no e-mail mencionado que a gestão anterior estava sobrevivendo graças ao fundo da reserva da Universidade, a poupança, que foi utilizada boa parte dos recursos públicos aplicados. Até disse agora de um bilhão em cada ano. Qual o valor constante no fundo antes da utilização da verba e quanto restou depositado após a atualização no seu período? Se o senhor não souber responder também...

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não vai ser fácil eu falar todos esses números. Deixa-me ver, eu tinha separado aqui algo que me permitia, talvez responder a isso, deixa-me ver.

Bom dia, deputado, prazer em vê-lo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Então, cerca de 90 milhões por mês eram retirados da poupança.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Olha, eu vou falar números grosseiros e podem não corresponder muito à realidade. Nós temos maneira de dar os dados exatamente. Primeiro, falar de fundo é uma coisa confusa. Por quê? Porque até a minha gestão não existia algo estruturado chamado fundo. O que aconteceu é o seguinte: os repasses do Governo vão para a Universidade e não voltam. Diferentemente de outros órgãos públicos não há exercício findo e retorno dos recursos, os recursos ficam. Então, por alguns anos, a economia ia muito bem, o ICMS estava crescendo e, portanto, sobravam recursos. E esses recursos ficavam depositados em contas com aplicação financeira etc., rendendo, e eles constituíam então aquilo que genericamente se chamava de fundo da Universidade.

Na verdade, eram depósitos que estavam lá em nome da Universidade, a hora que terminava o ano. Esses depósitos chegaram à ordem, eu imagino alguma coisa como, de 3,6 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Quando o senhor deixou?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, antes. Quando eu assumi – isso acho que talvez foi o pico, ao redor disso. Quando eu assumi estávamos já beirando dois vírgula pouco, 2,3 bilhões, porque estavam sendo consumidos rapidamente, e continuaram.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A arrecadação foi caindo.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - A arrecadação tinha caído muito, a arrecadação de ICMS caindo ano a ano, além dos gatos grandes com pessoal. Então nós tivemos, como eu disse: em 2013 tiramos um bilhão; 2014 tiramos um bilhão desse fundo; em 2015, alguma coisa ao redor de 800 milhões; 2016, 600 milhões. Tudo isso

foi sendo sacado de tal maneira que, finalmente, esses depósitos chegaram ao redor de 600 milhões de reais, se eu não me engano. Quando eu terminei, eles estavam se estabilizando, estavam deixando de cair, porque se estava alcançando o equilíbrio financeiro de novo. Então hoje eu não sei, mas deve ter subido um pouco mais, porque aí começou novamente a recuperação.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Quais foram os parâmetros utilizados para a elaboração do Plano de Demissão Voluntária, PDV? Quantos funcionários foram demitidos? Qual o valor empenhado para o pagamento do programa? Os funcionários dispensados se encontravam em vias de aposentadoria ou estavam em início de carreira? E quanto, significativamente, o programa representou em economia para a Universidade?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Eu vou começar, não exatamente nessa ordem. A economia foi da ordem, calculada hoje, da ordem de 483 milhões de reais por ano. É isso o que nós economizamos com a redução do PIDV.

A segunda pergunta.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Quantos funcionários foram demitidos.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Então esse é o número que eu estou buscando, que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu acho que você passou esses números.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sim, mas eu tenho exatamente num e noutro. De qualquer maneira estão aí entre os documentos as duas propostas de PIDV que foram aprovadas no Conselho Universitário, onde estão as regras.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Estão aqui, a deputada Carla Morando.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - E entre as regras está claramente que os servidores que estão próximos da aposentadoria, havia um limite, se não me engano são três anos, dois anos, qualquer coisa assim, não podiam entrar no programa, porque esses já iam sair da lista de pagamento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Já iam se aposentar.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Está faltando só dizer o número exato dos que entraram. Está aqui. Foram dois programas, um em 2014 e outro em 2017. No primeiro foram 1.433 servidores, no segundo, 1.455, de tal maneira que o total foram 2.888 inscritos. O número exato de demitidos é um pouquinho menor porque alguns não se qualificavam, mas é 2.700 dessa ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E como era a qualificação?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Está tudo especificado ali, inclusive a ordem de preferência, porque o que o Conselho Universitário definiu foi o quanto de recurso nós íamos usar para fazer o plano. Então cada servidor que entrava, você fazia a conta, quanto que ele iria receber, e isso descontava do dinheiro disponível. Quando vencesse, os que ficavam de fora – então tinha uma ordem de preferência para saber quem entrava primeiro quem entrava depois. Porque foi muito disputado, contrariamente ao que as pessoas pensam, foi muito disputado.

Nós gastamos então um total de 606 milhões, é o que está dito nesse levantamento, mas tem um outro de 580 milhões, é por aí, dessa ordem. O balanço é 483 de alívio na finança. Isto é, em um ano e pouco nós pagamos o PIDV, o gasto do PIDV foi pago com a economia de um ano e pouco, um ano e três meses por aí. Então, daí para a frente para sua ser lucro.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito, última pergunta. Foi averiguado que na gestão anterior à sua, do Rodas, foram lançados diversos pagamentos no campo de despesas de contratos para pessoas físicas, cuja prestação de serviço não foi discriminada. Alguns desses valores ultrapassam a

quantia de dois milhões de reais. É comum esse tipo de prestação de serviço? Existe respaldo jurídico para esse tipo de contratação?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - É uma pergunta que eu não consigo responder, deputado, porque é muito difícil o reitor promover uma contratação apenas por vontade dele, quer dizer, isso passa pelo escrutínio de numerosos órgãos, desde da Administração Geral da Universidade e também da Procuradoria Jurídica, e só em último momento que o reitor manda contratar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Mas uma pessoa física, ela pode receber o repasse do Governo através da Universidade?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Eu acho que se ele prestar o serviço – olha.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - De dois milhões de reais? Estou dando um exemplo. Eu tenho uma folha aqui com vários.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Eu não respondo, eu não tomava essas decisões sem me aconselhar com a administração e com – então eu não sei, digo que não posso responder.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Na sugestão o senhor sabe se houve isso? Esse tipo de pagamento?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Olha, eu não quero responder de uma maneira – como eu estou dizendo que eu não sei, esse assunto nunca me chamou atenção. Eu jamais assinei algo que não tivesse o apoio muito claro da Administração, do chefe da Administração, da Procuradoria Jurídica e justificativa clara. Eu não me lembro de contratação de pessoa física. Eu não me lembro disso não. Eu quero dizer que não, mas eu não quero também estar mentindo aqui.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito. Eu estou com uma lista aqui.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Se houver alguma coisa na minha gestão, eu posso explicar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito. Eu estou com uma lista que foi do ano de 2010, então eu peguei uma esporadicamente. Estão aqui os nomes de algumas pessoas, eu não vou ler o nome para também não expor, mas está aqui Reitoria da Universidade, que é a unidade, item de despesa: outros serviços de terceiros – pessoa física. Aí está aqui, ó, 87 mil, uma outra pessoa recebeu 429 mil, teve um homem aqui que recebeu dois milhões 775 mil reais como pessoa física.

E várias outras aqui: uma de um milhão 415, tem um caso de uma moça que ela recebeu o valor de 824 milhões. Algumas dessas pessoas – opa mil, me perdoe, 824 mil. E tem uma dessas pessoas que, estou com várias aqui, posso fornecer para até para V. Exa. para ter como, que é uma gestão anterior.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, eu não quero ver nada da gestão anterior, desculpa.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sabe por que eu estou perguntando, Dr. Marco? Porque o senhor abriu uma sindicância.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sim.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Nessa sindicância fala sobre isso?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Então, deixa eu dizer, esclarecer duas coisas. Primeiro, um ex-assessor meu está lembrando que uma das coisas que às vezes ocorre é a Universidade contratar um grupo de pessoas e no resumo, no sumário que aparece, aparece apenas o nome do primeiro. Isso é fácil de perceber se o nome começar por A, porque em geral aparece por ordem alfabética. Eu me lembro de uma situação dessa que nós vivemos, que diz respeito à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, onde os docentes têm uma dessas autorizações, deputado Paulo, para exercício de

funções adicionais etc. dentro do próprio Hospital das Clínicas. Então há um contrato da Universidade com eles, mas quem aparece no primeiro é só um. Então me lembro que eu fui questionado por que a Universidade estava pagando aquele dinheiro todo para uma pessoa. E na verdade não era, era fulano de tal e outros, e os outros não apareciam. Então essa é uma possibilidade.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Essa é uma das razões por que eu estou pedindo os extratos das Universidades dos oito anos, porque imagina se aparecer no extrato da Universidade desse pagamento de 2010, uma única pessoa, como está aqui, recebendo um valor inteiro desse. Até uma dessas pessoas, junto com a minha assessoria acompanhei hoje, na época em que ela recebeu ela era aluna da Faculdade. E hoje ela mora no exterior, em outro país.

Então, são questões que por isso que eu chamei, a gente aprovou o IC, acho que tem algumas questões que, claro, pelo que eu pesquisei, pelo que a gente procurou, eu não encontrei na sua gestão. E eu fico muito contente por isso e até em dizer isso para V. Exa., mas estou perguntando a questão da sindicância, como o senhor abriu uma sindicância para várias outras questões, que você viu que estavam extrapolando os limites de valores, por isso eu te fiz essa pergunta para poder saber se nessas sindicâncias e análises foram encontrados esses tipos de irregularidades.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Com relação à sindicância, é óbvio, quem exerce uma função como essa de reitor ou diretor de unidade etc., algumas vezes terá que abris sindicâncias, às vezes até para proteger a administração ou proteger até a pessoa que está sendo acusada de alguma coisa. A sindicância é o primeiro passo para indicar se existe algum tipo de indício que precisa de um processo administrativo disciplinar etc. Então algumas sindicâncias nós tivemos que abrir com relação a queixas e denúncias, de coisas dessa ordem, mas, certamente, o que foi público é que como havia uma indignação muito grande na Universidade, havia até um tipo de – depois eu disse que queria comentar um pouco o que o deputado Daniel disse -, mas havia sim essa acusação contra o reitor que me precedeu. E eu nunca fiz pessoalmente esse tipo de acusação. O que eu fiz, durante a minha vida como reitor, foi fazer o que eu fiz aqui, mostrar o que ocorreu com as finanças da Universidade e onde que estavam os pontos frágeis que nós tivemos que corrigir, mas as pessoas queriam explicação. Quem é o responsável? Olha, eu não posso acusar um ou outro de responsável.

Então o que eu fiz foi abrir uma sindicância, sim. Abri uma sindicância apontando que três professores titulares, responsáveis da Universidade, que conhecem direito e conhecem finanças, que eles fizessem uma análise da situação e encontrassem se havia indícios de má gestão, de culpa, ou qualquer coisa desse tipo. O resultado dessa sindicância foi o seguinte: eles disseram sim, há bases para abrir um processo administrativo disciplinar. Então eles encontraram indícios e falaram: “Precisa fazer”.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A sindicância está aqui?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Mas nós pedimos na CPI, aprovando.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Aí eu devolvi o processo a eles e perguntei: “Contra quem?” – por que da sindicância ou processo administrativo disciplinar – “Contra quem eu devo abrir o processo administrativo disciplinar?”. Eles disseram: “Nós não vamos indicar”. E, portanto, eu fiquei com a batata quente, eu tinha que abrir um processo administrativo disciplinar, e eles diziam que havia indícios e não contra quem. Eu tomei a atitude.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por qual questão? Qual razão?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - O que o que eu fiz, eu abri o processo administrativo disciplinar contra o reitor. O ex-reitor, não porque eu presumia que ele era o culpado, mas porque ele que responderia por tudo e diria: fui eu ou foram esses auxiliares, enfim.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quem foi o responsável da sindicância, que foi designado pela Universidade no seu pedido?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Olha, o senhor vai pedir os documentos, desculpa, o senhor vai receber os nomes de quem compôs a sindicância. E depois então abrimos, eu mandei abrir o processo administrativo disciplinar em nome do ex-reitor. Volto a insistir, eu não estou presumindo que ele era culpado, estou dizendo que precisava responder. E depois houve um problema com esse processo, porque foi entendido que a presidente da Comissão, que é uma advogada, é uma jurista muito conhecida, poderia ter uma questão de conflito de interesse. Então eu refiz a portaria, anulei aquela portaria e refiz e reabri o processo. Depois eu deixei a Reitoria, eu não sei como estão as coisas agora.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Durante a sua gestão foi repassado algum valor para a Fundação de Apoio da USP?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Que eu me lembre não, porque eu também tinha uma vedação clara de fazer isso, quer dizer, é uma regra que nós não desrespeitávamos, a Universidade não passa dinheiro para a Fundação. A Fundação tem as suas próprias fontes de recursos, ela tem que sobreviver das próprias fontes de recursos. O que é ela quem tem que apoiar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Isso serve para as três? Na questão da vedação.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Eu presumo que sim, eu acho que é muito difícil explicar para o Tribunal de Contas se você repassar dinheiro da Universidade para a Fundação.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito. Dr. Marco Antonio Zago, quero agradecer as explicações para mim que V. Exa. trouxe, os documentos são muito importantes para o crescimento desta CPI, quero parabenizá-lo, porque eu sei que na sua gestão houve radicalmente uma mudança positiva, eu acho isso importante nós falarmos também aqui na CPI, e todos os esclarecimentos que você também trouxe a minha pessoa aqui.

Então passo a palavra agora ao deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Muito obrigado, Sr. Presidente, serei breve. Primeiro saudar a presença aqui do Dr. Marco Antonio Zago. Eu tinha dito para a Sandra que eu esperava encontrar o Zago em outra possibilidade, em outro ambiente, mas vai ser aqui mesmo.

Dr. Zago, eu tenho algumas dúvidas, se o senhor puder esclarecer seria importante. Vou começar pelo final, diz respeito ao Rodas. Em matéria publicada pela “Folha” em 2015 diz que o senhor abriu um processo interno contra o antecessor para cassar a aposentadoria do ex-dirigente, e na matéria a alegação é que o Rodas tomou medidas que causaram lesão aos cofres públicos e desequilíbrio financeiro da Universidade. O Rodas vai dizer na própria matéria que ele não tomou as decisões sozinho, e que o senhor inclusive era pró-reitor dele. Eu sei que vocês racharam ao final porque o senhor apoiou outra candidatura.

Nesse caso específico, me parece que o ex-reitor Rodas tem uma responsabilidade muito grande do ponto de vista do déficit orçamentário, das medidas adotadas, e o senhor já disse aqui que uma comissão analisou as ações e por isso o senhor propôs essa medida. Eu só, como o senhor acompanhou, foi reitor depois do processo: que fim levou essa ação?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Então, deputado, é isso que eu estava respondendo aqui. Primeiro, eu não abri um processo para cassar a aposentadoria dele, o que há é o seguinte: eu abri um processo disciplinar. Contra ele: por que contra ele? Porque foi ele o representante da administração anterior. Agora, a questão de cassar ou não a aposentadoria, que eu espero que, sei lá, isso não aconteça com ele, coitado, mas é a única pena que a Universidade pode aplicar a um professor aposentado. Professor que não é aposentado pode sofrer vários tipos de penalidade, ele pode ser suspenso, ele pode receber advertência, pode ser suspenso, suspenso com perda de vencimento por um período, e pode ser exonerado. Agora, o aposentado não, a Universidade não controla mais nada da vida dele, então para que ele sofra uma punição, e é preciso que o delito seja suficientemente grave para que se aplique a pena de perda de aposentadoria. Então é isso.

Eu não abri processo para cassar a aposentadoria dele, aliás, abri o processo contra ele porque era o único representante, porque senão eu seria arbitrário de buscar, por exemplo, o chefe da Coordenação Geral da Administração no período dele ou o responsável pelo setor de Recursos Humanos. Não cabia isso, a mim decidir isso.

Agora, veja bem, quanto a compartilhar a responsabilidade, esses são outros 500. Veja que muitas das medidas que eu tomei foram exatamente para compartilhar responsabilidade. Eu não queria ser um reitor responsável por esse caminhão de dinheiro e tomar decisões sobre isso tudo. E não; porque, o Conselho Universitário vai com aquilo que o reitor quer que ocorra, e eu desde que assumi insistia que as decisões seriam do Conselho, o Conselho é que apoiaria. Por isso até o reajuste salarial, que foi objeto de muita discussão, muito conflito com os sindicatos, por exemplo, que achavam que era um absurdo, por quê. O reitor vai ficar amarrado, não pode fazer aquelas negociações que tem que fazer no dia a dia.

O que eu não admitia, a hipótese de que eu concedesse algum reajuste sem o apoio do Conselho, pelo contrário, o Conselho até reverteu posições minhas, quando eu, preocupadíssimo com a condição, dizia: “Não, o reajuste vai ser zero”. E eles disseram não, zero não pode, vai ser tanto. E eu me conformei com aquilo que o Conselho fez. Então, veja bem, antes não existia isso, é esta a grande mudança da Universidade. Eu não sei se o reitor anterior ou os anteriores gostavam desse poder todo. É que era a tradição, a Universidade cresceu um pouco lentamente, cresceu de uma coisa relativamente doméstica, se nós pegarmos os primeiros reitores etc., eles tinham um grupo pequeno que fazia a administração e ali se resolvia tudo. E a vontade o reitor era indiscutível, jamais alguém falaria qualquer coisa.

Eu procurei quebrar essa tradição, mudar isso daí, mas ele não, ele fazia uso disso e, portanto, nós não éramos corresponsáveis, nem os pró-reitores, ninguém era corresponsável pelas decisões, pelo contrário, sabíamos muito pouco da dinâmica financeira da Universidade.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Perfeito. Aliás, nós estamos completando hoje 30, hoje não, mas este ano 30 anos de autonomia das universidades, um decreto. E a impressão que eu tenho é que depois desses 30 anos, talvez o próprio Governo deveria tomar uma decisão de transformar o decreto em lei e dar a autonomia necessária, talvez até discutindo com a comunidade acadêmica, com antigos reitores, a necessidade também de alguns parâmetros.

Por exemplo, o senhor tomou medidas para sanar, mas a gente teve exemplos anteriores que, ao contrário, tomaram medidas que elevaram as despesas da Universidade. Eu acho, e queria ressaltar aqui, que ter a autonomia reafirmada através

de uma lei poderia ser a melhor coisa nesse momento que a gente vive no Brasil do debate universitário. Então queria só fazer esse registro para aproveitar.

Dr. Zago, queria só duas últimas coisas. Se o senhor pudesse me ajudar sobre recursos próprios. A Universidade, a USP, tem recursos próprios, aluguéis, rendimentos financeiros, fundos especiais, heranças, e assim por diante. Como é que é administrada essa questão dos recursos próprios? E, mais do que administrada, como é possível ter transparência, ou como é possível acompanhar? Ou como foi acompanhada na época em que o senhor era reitor?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Bom, os recursos próprios são, têm transparência. Eles não ficam escondidos, não tem jeito de ficarem escondidas essas coisas, porque eles fazem parte do orçamento, eles são. O problema não é esse, o problema é talvez mais de profissionalismo na administração dos recursos próprios, isso talvez seja algo que as universidades podem melhorar, e certamente na USP pode, e nas demais também.

E não é apenas, quer dizer, alguma coisa é dentro da própria universidade e outra é o papel que uma entidade externa, tipo Fundação de Apoio, pode fazer no sentido positivo de recrutar recursos adicionais para o funcionamento das universidades. Por exemplo, eu tomei, iniciei alguma coisa que eu tenho esperança que ainda vai dar certo, que é a criação de um fundo patrimonial da Universidade. Ora, um fundo patrimonial, precisa entender, ele não é para sanar desequilíbrios financeiros temporários, nada disso. Um fundo patrimonial bem gerido pode ser uma fonte importante de recursos para grandes iniciativas na universidade.

Por exemplo, vai construir um novo grande laboratório, e assim por diante, um grande programa novo para trazer expoentes da ciência mundial durante um período, então isso pode ser feito, é algo que exige muito tempo. Um fundo patrimonial desse demora 10 a 15 anos para amadurecer, ganhar força suficiente para que os rendimentos possam ser aplicados, tem que ser controlado por um grupo de pessoas bastante sérias, que envolva pessoas de dentro e de fora da Universidade, representantes dos mais diferentes setores. Eu acho que essa é uma missão que as três universidades poderiam fazer, é o que pode melhorar muito.

Agora, os recursos da própria Universidade, veja, nós temos um patrimônio imobiliário muito grande. Esse patrimônio, em grande parte, é resultante de herança vacante, muitos deles são imprestáveis, são coisas que sobraram aí, é metade de um

hotel em Casa Branca e tal, você vai lá as portas estão caindo. Então, realmente, aqui, se tivesse tempo, se eu não tivesse tanto tempo consumido com as outras coisas, teria montado talvez uma equipe para melhorar a gestão disso daí, se desfazer de alguns desses patrimônios, que é sempre muito complicado, que tem que ser aprovado no Conselho Universitário e assim por diante. Mas a gestão disso daí é uma possibilidade, mas, olha, estes, principalmente o patrimônio imobiliário, não é algo que vai mudar a perspectiva das universidades.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu não estou nem achando que é. Por exemplo, o senhor me faz ter aqui uma preocupação, a gestão pública tem a possibilidade do leilão dos inservíveis, eu não sei se as universidades não poderiam pensar em como se desfazer desses patrimônios – que o senhor faz um relato de Casa Branca, por exemplo – para poder ter recurso próprio, até porque o senhor não vai continuar com esse recurso imobilizado.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Mas eu vou dar dois exemplos concretos. Este foi um período de crise financeira no País, quer dizer, o mar não estava para peixe; então, por exemplo, aquele terreno que nós temos na Rua da Consolação, muito bem situado, com uma planta de, eu não sei se é 15 ou 18 andares, já aprovada, com projeto executivo pronto; e, portanto, que hoje não é mais possível construir um prédio deste tamanho lá. Então, para quem interessa, o patrimônio imobiliário é um uma coisa muito boa, nós passamos quatro anos tentando vender aquilo, e não conseguimos, não encontramos ninguém que quisesse comprar aquilo – está certo? Já com a planta aprovada, que é uma beleza. Talvez agora, com a melhora da situação financeira, se consiga vender. Nós temos umas salas num centro empresarial, no Panamby ou um lugar distante e desconfortável até, mais é um lugar muito bom como centro empresarial etc.; e que não serve, está vazio há cinco anos. Não consegui vender isso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor acha que este poderia ser um ponto importante para as universidades, do ponto de vista de gerar recursos, não do ponto de vista de resolver um problema econômico?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Tem que fazer isso, sem dúvida nenhuma, eu tentei fazer.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu imagino.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Assim como eu tentei ver se eu encontrava um destino para aquele Centro de Convenções, que está quase pronto. Como projeto arquitetônico é uma coisa maravilhosa, é um desses arquitetos premiados nossos etc. e tal; tentei convencer o Governo do Estado a assumir aquilo, fazer lá um centro de artes etc., mas o governador também não queria saber de gastar dinheiro.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu queria só terminar aqui com essa questão dos recursos próprios; se o senhor puder me dizer como é que são feitos os lançamentos dos recursos próprios? O senhor disse que tem um controle, que não é nada escondido, mas se o senhor pudesse só me informar como é feito isso? Como é que vocês registram, por exemplo, esses recursos? Eu não estou falando do patrimônio imobiliário, estou dizendo dos recursos, eles são registrados onde?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Por exemplo, os vencimentos das aplicações financeiras. Nós tínhamos lá três e meio bilhões de reais. Esses em depósitos e com rendimentos financeiros. Os rendimentos vão entrando, e esses depósitos são atualizados e fazem parte do orçamento da USP.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu sei, talvez eu não tenha me feito claro. Como é que nós temos acesso, senão eu vou ter que aprovar o requerimento do deputado pedindo os extratos, e eu não queria, eu queria saber o seguinte: existe um controle? Os rendimentos estão lançados aqui, o senhor entra na página tal e tem acesso assim, o senhor vai saber quanto rendeu, quanto entrou e quanto não entrou. Existe algum mecanismo em que eu possa acessar? Eu vou ajudar o senhor: a USP tem livro razão ou diário da contabilidade?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Porque aprova a contabilidade, certamente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas, assim, se tem esse é o mecanismo ainda obsoleto, porque livro de razão e diário de contabilidade é material; a

pergunta que eu fiz ao senhor, e que eu ainda não obtive a resposta é: há algum tipo de transparência, em que eu possa acessar essas informações, sim ou não? Só isso. Eu falei que eram fáceis.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Eu acho que tem, eu estou convicto que tem, e se não tem, tem que ser corrigido.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu queria pedir ao deputado, e presidente desta Comissão, que é um especialista, se a gente pudesse na próxima aprovar um requerimento.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Porque o Portal da Transparência da USP deve ter isso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu vou ajudar o senhor: em 2014, numa resposta feita a um deputado do PT, a USP responde à Secretaria de Desenvolvimento Econômico exatamente isto, o que eu disse ao senhor: os recursos próprios da USP são lançados em um sistema próprio, e estão discriminados nos livros razão e diário de contabilidade. Os recursos são recolhidos em contas bancárias centralizadas na Reitoria, são gerenciados pela tesouraria central. A tesouraria central é um departamento de finanças, que é subordinada à coordenadora etc. Tudo bem, mas eu quero saber como é que eu acesso? Porque isso tudo eu preciso ir lá.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Provavelmente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu preciso ir lá, pegar o livro.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Deputado, provavelmente, naquele momento em 2014, o senhor não teria acesso a isso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Agora, depois de 2014, com certeza.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Nós introduzimos as mudanças, para permitir isso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Por isso que eu levantei a bola para o senhor chutar. Em todo caso, nós vamos pedir; a última.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sim, pode pedir. Tem que estar disponível.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Era duas, eu fiz uma, e agora é a última. A última, que eu precisei ir almoçar, que eu tenho a Comissão de Orçamento. Dr. Zago, a última questão aqui: o senhor acompanhou recentemente a decisão de redução dos salários que estão acima do teto. Eu queria ouvir o senhor sobre isso, porque não foi na gestão do senhor em que houve a redução, e esse é um debate permanente aqui da Comissão, sobre salários que estavam acima do teto.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Bem, essa questão dos salários acima do teto é o seguinte: eram benefícios acumulados ao longo da carreira, e muitos deles garantidos antes de uma modificação que houve, acho que em 2013, se não me engano. Dois mil e... três, 2003. E havia uma decisão do Supremo, que embasava o que nós fazíamos. Depois, aparentemente, esse entendimento do Supremo mudou; mas isso, na minha gestão, estava tramitando uma tentativa de modificar o teto salarial do funcionalismo. O senhor sabe disso, foi aprovada uma PEC etc.

Então, eu tentei contemporizar isso, para não fazer uma manobra que é muito, as pessoas são muito, são professores antigos da Universidade, aposentados etc., e suscetíveis a essas coisas. No final das contas, o entendimento final foi de que não há mais recursos quanto a isso, e tem que mudar; e, portanto, o reitor atual tomou a decisão. Ele conversou comigo, eu apoiei, eu disse: “Não tem saída, temos que servir”. Agora, há o seguinte: primeiro, são duas considerações que eu quero fazer: primeiro, esses valores não são os responsáveis pelo desequilíbrio financeiro da USP. Isso precisa ficar muito claro.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, isso ficou claro.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - A desproporção é imensa.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O senhor fez a comparação.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Isso, com aquele prêmio.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Inclusive com o prêmio, claro.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - A segunda é uma posição de natureza pessoal; e veja, quando eu me formei, em 1970, eu tinha que tomar uma decisão do que eu faria da vida. Naquele momento, a maioria dos meus colegas de classe estava assumindo funções na vida privada, e que era muito atrativa. Hoje, para os médicos, coitados, gramam muito, mas naquela época havia oportunidades enormes; todos os meus colegas que saíram para a vida privada ficaram muito bem de situação financeira. No entanto, eu, e alguns outros da minha classe, entendíamos que, naquele momento, a nossa função, dos jovens etc., deveria ser voltada para a Universidade, que estava se estruturando mais forte, havia um momento de luta política, e nós tínhamos que participar disso.

Então, vários motivos me levaram a isso, entre eles o de que nós tínhamos a garantia de que os nossos salários seriam equivalentes; naquela época, o salário de um professor titular da Universidade de São Paulo era o mesmo dos membros do Tribunal de Justiça do Estado. Com o passar do tempo, as coisas foram se comprimindo, os jovens que estão entrando hoje não têm nem os benefícios que eu mantive; e, portanto, nós temos um desestímulo aos jovens para irem para a Universidade, e um desestímulo aos velhos para ficarem. Consequência: eu temo pelo futuro da Universidade, deputado.

Não podemos esquecer que aqui, no território do estado de São Paulo, existem dois pesos e duas medidas. Os professores das universidades federais, que são a Unifesp a Ufscar e a UFABC, o teto deles é o teto dos ministros do Supremo, 92% dos ministros do Supremo. O nosso é o do governador do Estado, que fez um excelente serviço em conter as finanças do Estado, numa situação grave, e assim por diante; mas é o subsídio, acho que o menor de todos os estados do País. Então, os professores da Universidade de São Paulo, da Unesp e da Unicamp têm um teto salarial muito inferior, talvez 15 mil reais hoje, inferior ao dos professores das universidades federais. E, em São Carlos, as duas estão uma em frente à outra, é só o senhor atravessar a estrada.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu conheço lá. E se depender deste governador, não vai ter aumento. Nem para o governador, e nem para os professores. Eu só queria concluir, presidente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É a quarta conclusão, Sr. Deputado. Eu não consigo.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu só quero deixar registrado, se o deputado Carlão Pignatari pedir uma questão de ordem eu posso respondê-lo. Vossa Excelência é suplente; o tempo, pelo Regimento, é menor.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Mas não tem a suplente aqui, a suplente não está, e eu assumi hoje.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É que o tempo, é mais por causa do tempo que já.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu já acabei, eu só quero fazer dois encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por gentileza.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O primeiro.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Há dois encaminhamentos desde a hora em que você começou a falar, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presidente, eu vou ficar aqui mais meia hora. Se o deputado Carlão gosta de debater, então eu vou debater com ele. Agora, eu não permiti a palavra ao deputado Carlão. Então o senhor, por favor.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por gentileza, deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A educação que eu ganhei, eu aprendi com o senhor, no Plenário.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, não, não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Está vendo? O senhor continua.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por gentileza, deputado Carlão Pignatari.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O desrespeito do deputado Carlão é impressionante.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pode continuar.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu queria concluir: um, eu acho que é preciso solicitar à USP qual é o acesso que se tem aos fundos de reserva. Qual é a transparência que se tem? E, segundo, o imobiliário da USP, onde ele está localizado, quanto que obtém de aluguéis, e essas questões que ajudam, inclusive, a compor todo esse cenário. E encerro, Sr. Presidente, com uma sugestão ao senhor, que o Rodas, talvez o senhor pudesse achar ele na Avenida Nove de Julho, 4107 ou 4459. Muito obrigado, Sr. Presidente, agradeço, queria agradecer as respostas do Dr. Zago.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Próximo inscrito. Obrigado, deputado, por informar o endereço, e vamos achá-lo. Deputada Valeria Bolsonaro. Tem o tempo, deputada.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Boa tarde, gostaria de agradecer a sua presença. Eu tenho duas colocações só: a primeira é na época do ex-reitor, o senhor era pró-reitor de pesquisas. Durante esse tempo em que houve todos estes gastos etc. e

tal, eu gostaria de saber se o volume de pesquisas e desenvolvimento da Universidade foi concomitante aos gastos todos empenhados, feitos pelo reitor.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Olha, novamente, é difícil analisar historicamente, e dizer: “Olha, houve um aumento”. O que é certo é que a Universidade de São Paulo, a pesquisa da Universidade de São Paulo é um dos elementos predominantes da vida universitária. Se a senhora olhar a lei de criação da Universidade de São Paulo, de 25 de janeiro de 1934, assinada pelo Salles de Oliveira, a senhora vai ver que ele disse: “Fica criada a Universidade de São Paulo, com a sede na cidade de São Paulo. São missões da Universidade, primeiro: promover pesquisa em todas as áreas”.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Sim, me desculpe interromper, mas eu queria ser bem específica nesse período.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Nesse período eu fiz a minha função de pró-reitor. Eu estava vindo de um cargo de presidente do Conselho Nacional de pesquisa, CNPq. Então, eu estava com a mola toda para promover pesquisa. Bom, como que um pró-reitor promove pesquisa? Não é ele indo ao laboratório fazendo pesquisa, isso eu fazia lá no meu laboratório, é promover: fazer com que as pessoas se reunissem em grupos e pedissem recursos para a Fapesp – está certo? E conseguisse com que o reitor autorizasse recursos para aplicar em pesquisas, quer dizer, eu fazia o meu papel de advogado da pesquisa.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Sim.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - E isso eu acho que eu fiz bem, porque eu fui bem avaliado nesse aspecto.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Com toda a certeza.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - A consequência é que o resultado da pesquisa não aparece no dia seguinte. O resultado da pesquisa demora.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Sem dúvida.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Uma semana, um mês, um ano, 20 anos. Algumas aparecem imediatamente, mas outras demoram muito. Eu usei um exemplo, quando vim aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, que eu acho que é um dos melhores que nós podemos ter, com relação ao benefício da pesquisa. Início da década do ano 2000, os laranjais do estado de São Paulo estavam sendo todos destruídos, por uma praga chamada amarelinho. Esse amarelinho é provocado por contaminação de uma bactéria, uma fitobactéria, chamada *Xylella fastidiosa*. *Xylella* porque ela se prolifera no xilema, onde circula a seiva da planta, ela entope. E *fastidiosa* porque quem vai cultivá-la no laboratório é uma mulher *fastidiosa*: nesse meio ela não cresce, naquele também não cresce, naquele também não; então é *Xylella fastidiosa*, foi daí que ela ganhou o seu nome. Bom, isso estava destruindo os nossos laranjais: 43% dos laranjais paulistas estavam contaminados.

A Fapesp fez um programa de pesquisa básico, ela não falou: “Nós vamos acabar com o amarelinho, nós vamos examinar o DNA, o Genoma da *Xylella fastidiosa*”. E fez, foi uma coisa fantástica, tecnicamente louvável, saiu na melhor revista de biologia do mundo, “*Nation*”, na capa da revista. Bom, e o amarelinho? Bom, aquilo cristalizou esforços, os pesquisadores centraram naquilo; nos anos seguintes, foram se desenvolvendo as soluções. Hoje, qual é a contaminação dos Laranjais Paulistas? De 1,3%. São Paulo é o maior produtor de frutas do Brasil, o maior exportador de suco de laranja do mundo, não teria isso se não tivesse aquela pesquisa, lá no ano 2000; que se, em 2002, a senhora perguntasse: “Qual o resultado da pesquisa?”; a gente iria falar: “Publicou um artigo”. Hoje, se perguntar para mim eu digo: “Acabou com o amarelinho”. O amarelinho, agora, está infectando as oliveiras da Itália, coitados.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu sou bióloga, e estudei bastante essa parte. A minha pergunta era se o volume de pesquisas aumentou durante isso, não o resultado da pesquisa, mas o volume.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Eu diria o seguinte: o entusiasmo aumentou.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Durante o período em que o reitor teve estes gastos aqui tidos como absurdos? Durante esse período aumentou?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Vocês estão falando que são absurdos, eu não digo isso. O que eu digo é o seguinte: durante esse período, houve muito entusiasmo com a pesquisa, e organizei os grupos, fiz com que eles ficassem mais competitivos.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Veja bem, eu não estou falando do seu trabalho, é do reitor, minha preocupação é do reitor.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Esse era um mérito que é meu.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - O seu mérito eu tenho certeza, eu não tenho dúvida nenhuma. Eu não tenho dúvida nenhuma do seu mérito, não foi essa a minha pergunta. A outra coisa, o senhor falou muito bem sobre a autonomia das universidades, que o senhor defende que foi ela que fez com que o senhor tivesse a chance de reparar, sem nenhuma influência externa.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Desculpa.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - O senhor colocou que a autonomia das universidades é muito boa, porque o senhor conseguiu resolver o problema sem influência externa. Mas eu pergunto: o senhor acabou de dizer que durante a gestão do antigo ex-reitor, vocês não tinham como acessar, vocês não tinham como discutir, não aceitar. Até que ponto nós podemos acreditar nessa autonomia sendo boa, numa situação com a qual nós tivemos?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Veja, uma situação de estresse. uma situação de desequilíbrio é um excelente teste, para ver até onde o sistema resiste, e se ele realmente é bom. Acho que isso é importante. É importante ressaltar o seguinte: talvez os deputados não tenham uma proximidade tão grande com a vida das três universidades, para entender o enorme patrimônio para o estado de São Paulo das três universidades públicas paulistas. São Paulo é o que é hoje, ele deve em parte à

Universidade de São Paulo. A Escola Politécnica, que surgiu antes da Universidade de São Paulo para criar infraestrutura no estado, a Faculdade de Medicina, depois se reúnem na Universidade; depois a interiorização, a abertura da primeira faculdade de medicina do Brasil fora de uma capital, foi a Universidade de São Paulo que fez isso.

O papel da Esalq, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; todo mundo fala da Embrapa, a Embrapa fez, sim, mas onde que se formaram os pesquisadores da Embrapa? Na Esalq, onde é que desenvolveu a culturação da soja aqui no Brasil? Na Esalq, e assim por diante. Quer dizer, o papel que a Universidade de São Paulo teve ao longo da história, para o desenvolvimento; e aí vêm os institutos de pesquisa, que também contribuíram muito, o Butantã e assim por diante.

Então, esse patrimônio nenhum outro Estado tem, é isso que distingue o estado de São Paulo do restante. Vocês vão dizer: “É muito dinheiro”, é bastante dinheiro, eu não diria que é muito, não, é bastante, mas é algo que nenhum outro Estado tem. Essa competitividade que o estado de São Paulo tem, como eu mostrei agora com o amarelinho. Em outros é: “Ah, destrói e acabou, não se planta mais laranja, e acabou, não se exporta mais suco de laranja”. Então as universidades têm resolvido esse problema, esse é um papel importante; a autonomia trouxe uma grande vantagem, porque ela deu estabilidade. Antes, a cada ano, a cada seis meses, em épocas de inflação grande, a cada dois ou três meses, tinha que negociar com o governador; o governador é uma pessoa submetida as mais diferentes pressões: da Saúde, da Educação, do Saneamento Básico, da Segurança etc. Então, negociar no dia a dia é extremamente complexo; enquanto que, quando você tem uma projeção, você pode fazer um plano plurianual, é isso que ajudou as universidades paulistas a se devolverem. Tanto que elas são as Universidades mais relevantes no quadro do Brasil, não tenha nenhuma dúvida; a USP é a universidade mais respeitada da América Latina, ela deve, em parte, a isto, a sua expansão, a sua produção científica, produção de pesquisadores, que não ficam trabalhando só nas universidades.

Se a senhora for olhar, o estado de São Paulo tem 70 mil pesquisadores; onde é que está a maioria deles? Nas empresas. Quer dizer, a universidade está provendo o pessoal de nível superior e qualificado para tocar os empreendimentos do Estado. Então a autonomia, por outro lado, a senhora diz: “Bom, mas nessas situações aí precisaria ter intervenção”. O problema da intervenção na universidade é que ela precisa ter uma absoluta independência no que diz respeito ao pensamento; porque se ela não tiver essa independência, ela não faz o seu papel. E isso às vezes, no dia a dia, parece que são

coisas conflituosas. É como assim, tem o indivíduo que quer estudar, sei lá, economia segundo Marx. “Ah, mas isso é coisa de esquerda”, o outro quer estudar o John Galbraith, o outro quer estudar não sei o quê, e fazer curso de uma coisa ou de outra. A universidade é o local para isso ocorrer; enquanto forem palavras, enquanto for raciocínio, enquanto forem teses, isso tem que ocorrer na universidade. Por quê? Daqui vão se depurando as coisas, daqui é que vão surgindo as ideias que mudam o mundo, ela precisa ter independência, ela não pode estar sujeita a interferência direta dos governos. E isso foi percebido lá em mil e pouco, quando criou a Universidade de Bolonha.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Mas temos alguns problemas com essa autonomia que, por exemplo.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Quais, por exemplo?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Por que a USP não tem nenhum tipo de dupla matrícula, e na Unicamp tem?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Bom, isto é uma questão.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu gostaria, a minha pergunta é justamente neste.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Então, a meu ver.

A SRA. VALÉRIA BOLSONARO - PSL - O copo.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Salvo pelo congo. Veja bem, eu vi toda a luta vossa para tentar fazer uma análise fina de toda essa parte documental, de transações financeiras da Universidade. Eu não quero dar palpite nisso, não me cabe. Mas, o Tribunal de Contas tem a missão de examinar isso, é a responsabilidade deles, eles precisam fazer. E que eles façam uma boa análise é bom para o Estado, é bom para as universidades; muitas das coisas que nós recebíamos do Tribunal de Contas, por exemplo, quando submetíamos as nossas contas, nós recebemos questionamento. A questão da prestação de contas com o Tribunal de Contas é um processo muito longo, e

que se manda documentos, eles questionam, responde, questiona, eles tem um corpo técnico dedicado a isso. Eles é quem deveriam estar detectando.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Mas não julgam.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pois é, e mesmo assim teve esse problema.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Eu vi a interferência do, eles julgaram, aparentemente, as contas apenas de 2013 da Universidade de São Paulo, foram mais ou menos pinçadas. Mas, eu acho o seguinte: essas coisas precisam ser detectadas pelo Tribunal, e o Tribunal é que tem. Caso contrário, como que a senhora vai desconfiar que está tendo uma coisa lá?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Então, nós precisaríamos rever essa autonomia, no mínimo, só precisaríamos rever essa autonomia, para que ela não se torne uma soberania dentro das universidades. Só, no mínimo, rever essa autonomia, para que casos como este, que o senhor mesmo passou, de pegar uma universidade numa situação difícil, e como o senhor mesmo falou, deixou de fazer várias, deixou de poder investir vários investimentos para consertar. Então, será que chegamos a um meio-termo? Pelo menos essa autonomia ser revista, para que nós possamos ter, dentro das universidades, não sofrer riscos como esse.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Deixa eu dizer uma coisa, deputada. Legislar sobre isso, criar regras, é sempre muito complicado, porque sempre há o risco de se limitar, e ter um efeito negativo em relação a aquilo que a gente quer. As boas leis são aquelas mais simples possíveis, aquelas que tratam e vão ao ponto; se a senhora olhar toda essa história que eu apresentei aqui hoje, que é uma história de autocorreção, e que mostra, não, as Universidades são capazes de fazer. Onde que está o problema? Eu sei qual é, é um só.

Eu não canso de achar que esse decreto da autonomia é fantástico, se ele for transformado em lei, muito bom; porque São Paulo vai estar preservando um grande patrimônio. Mas ele tem uma coisa esquisita, a senhora leu este decreto? Ele é curto,

mas tem uma coisa que eu nunca vi em outras leis: ele recomenda. Lei não recomenda, lei diz para fazer ou não fazer. Ele recomenda 75%, no máximo, de comprometimento com. Se, ao invés disso, eles dissessem: determina que, no máximo, 80%, nem precisa ser 75%, 80% serão gastos com recursos humanos, acabou. Nada disso aí teria acontecido, nem conosco, nem com a Unesp, nem com a Unicamp. É muito simples, é uma lei, ou um decreto que pode virar uma lei, e que vai preservar as universidades. E uma correção tão simples, como eu disse, as coisas simples é que resolvem.

A SRA VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu agradeço muito, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Passo a palavra para a última inscrita, deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Boa tarde, Dr. Zago, quero parabenizar a sua gestão, a gente percebe que teve realmente um esforço muito grande para recuperar as finanças da Universidade. E a minha parte, além, lógico, de fazer parte de toda a CPI, mas eu tenho uma relatoria que é na parte de pesquisas, diárias e viagens; então, eu vou focar mais nessa parte. Então são perguntas bem simples: qual a forma de financiamento das pesquisas na USP? Durante a sua gestão como pró-reitor, a Universidade financiou pesquisa sem a ajuda de terceiros? Ou seja, 100% verba da USP, sem órgãos?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sim, nós financiamos pesquisas, é missão da Universidade promover a pesquisa; de fato, uma parte considerável do apoio à pesquisa na Universidade é feito pela própria Universidade, não diretamente num projeto. A Universidade paga o laboratório, paga a infraestrutura, paga os técnicos, paga a conta de água, de luz etc. Que, muitas vezes no exterior, o grant do pesquisador é que paga aquilo, ele é quem paga a conta de luz do laboratório dele, ele que contrata os técnicos, e assim por diante. Então, a Universidade já dá um apoio difuso à pesquisa, e que é muito importante, é vultoso.

Além disso, os pesquisadores que trabalham ali buscam recursos para a pesquisa, buscam recursos na Fapesp, no CNPq, na Finep, em órgãos estrangeiros, onde tem financiamentos estrangeiros. Agora, a Universidade, podendo colocar recurso, ela deve. Porque, ao fazer isso, ela tem maneiras de promover algumas coisas específicas. Então,

quando eu fui para pró-reitor, uma das coisas que eu procurei promover foi a pesquisa interdisciplinar; isto é, nós fizemos programa de apoio à pesquisa, que exigia que o indivíduo não trabalhasse sozinho, mas a associação de laboratórios, ou de grupos, para obter um determinado fim. E isso quebra o padrão que existia na Universidade, de isolamento dos diferentes grupos, e eles começam a trabalhar juntos. Daqui a pouco, um desses grupos vai na Fapesp e tira um enorme de um financiamento num projeto chamado Cepids. Quer dizer, este projeto do Cepids, vários da Universidade de São Paulo que receberam os recursos, previamente foram apoiados pela pró-reitoria de pesquisa, que os obrigou a se organizar de uma maneira diversa a que eles estavam, e aí eles ficaram mais competitivos.

A outra maneira que eu promovia a pesquisa foi para os jovens docentes que estavam entrando, estavam sendo contratados; quando ele era contratado ele recebia uma pequena verba para aplicar no laboratório, desde que ele demonstrasse que ele tinha feito um pedido de apoio à pesquisa para a Fapesp. Então eu amarrava uma coisa com a outra, se você pedir dinheiro fora, nós te damos um projeto, nós te damos um pouquinho de recurso aqui, para você começar a tocar a sua vida, já que você está acabando de chegar. Sabe qual foi o resultado disso? Nove para um, quer dizer, eles trouxeram para a Universidade nove vezes mais recursos do que aquele que a Universidade aplicou para eles. Então foi assim que eu procurei criar o entusiasmo.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Ainda em relação com o tema de pesquisas, o resultado da pesquisa feita, mesmo que financiado pela Fapesp em conjunto, ela gera uma patente, correto?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Às vezes. A geração de patentes ocorre em alguns tipos de pesquisas, que são pesquisas mais na área de inovação e desenvolvimento tecnológico, muitas pesquisas não geram patentes. Mas, para cuidar disso, eu estimulei enormemente a chamada Agência USP de Inovação. Então, tem um grupo de pessoas na Universidade, dirigidos por um docente, que cuidam especificamente disso. E, inclusive, ajudar os pesquisadores a escrever patentes, que escrever patente não é uma coisa simples, contratando advogados para escrever pedido de patente; então a Universidade cuidou muito disso. E o número de depósitos de patentes feito pela Universidade de São Paulo aumentou dez vezes nesse período.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E este valor fica integralmente para a Universidade, ou ele é dividido com os pesquisadores?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, existem regras muito claras para isso. Quando a patente é licenciada, o que não ocorre com muita frequência ainda, infelizmente; mas aí existem regras muito claras de quanto que a Universidade recebe, quanto que o parceiro financiador, por exemplo, se for a Fapesp, quanto que a Fapesp recebe, e quanto que o descobridor da patente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E isso é uma regra fixa para todos?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Exatamente, e quem cuida disso, novamente, é a Agência USP de Inovação.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Se uma empresa licenciar essa patente para ela, pode enviar os royalties para a Universidade ou não?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sim, claro.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Agora, em relação a viagens financiadas pela USP; como que ocorre a contratação das viagens? A contratação da agência de viagem, ela é feita através de uma licitação?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - É uma licitação, não é? É uma licitação, a cada tempo tem que refazer.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E de quanto em quanto tempo ela é refeita?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - É alguma coisa, um ano ou dois anos que é feito. Mas tem um sistema todo, quer dizer, não tem jeito de nós irmos e comprarmos passagens, tem que fazer através de uma agência de viagem, e isso tem todas as regras lá de licitação e tal.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, essa pergunta, na verdade, é mais para entender. Porque nós sabemos que é obrigatório fazer uma licitação, mas dentro de uma licitação, muitas vezes a gente busca como se fosse comprar pessoal mesmo, uma pessoa física, e é metade do preço. Então, é mais para entender.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só um pouquinho, me permite um aparte?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Sim.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É só para eu entender a questão disso. Depois, a pessoa, ou o estudante, aliás, o professor que vai viajar, ele tem que prestar contas daquele? As notas fiscais daquela viagem?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, isso seria impossível, pela quantidade de gente que nós administramos, e com a dificuldade de controlar cada gasto, e assim por diante, e fixar valores. Então, a regra é a seguinte: a passagem é comprada; ou pela Universidade, ou pela agência de pesquisa que financia a viagem. Depois diárias, ele recebe diárias, e tem que justificar três, cinco, dez diárias, de acordo com o tempo, e o programa que vai ficar lá, então ele justifica e diz: “Olha, eu vou sair daqui no dia 13, e chego lá no dia 14 estou moído, não vai dar para trabalhar. No dia 15 eu vou fazer tal coisa, dia 16 vai fazer tal coisa, dia 17, eu vou fazer tal coisa até as três horas da tarde, daí eu vou para o aeroporto e eu vou voltar”.

Então contam-se quantas diárias ele vai receber, ele recebe um valor fixo de diárias; e aí ele usa isso daí. Se ele quiser ficar num hotel cinco estrelas, ele põe aquele dinheiro, e mais dinheiro do seu bolso; se ele quiser ficar no hotelzinho vagabundíssimo, ele economiza para comer melhor. Mas ele.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O valor de dias da diária, quantos são?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Como?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Quanto são os dias de diária?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - O valor.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Não, os dias.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Depende do número, não, mas tem um limite que, se for maior que aquilo, não se paga mais por diária, mas se paga um valor pelo mês, está certo? Porque senão, se você somar 30 diárias mais 30, fica um valor muito grande. Então, tem um valor fixo por dia, até tanto número de dias; depois disso é um valor máximo por mês. Em geral, a Universidade não paga muito essas estadas maiores, não há recurso muito para isso; em geral essas estadas maiores, que correspondem à permanência de mais de mês etc., só podem ser pagas se tiver uma agência de pesquisa que está financiando.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só me tira uma dúvida, se eles não têm que prestar conta do que eles gastaram, como que se comprova o gasto? Se eles não tem que apresentar a nota de hotel.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, eu presumo que ele dormiu e comeu; se ele foi vivo e voltou vivo, e trabalho. Agora.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Não, estou dizendo pela prestação, por que vocês vão repassar o valor; estou dizendo como que, ele não prestou conta, mas vocês vão pagar a diária prestando ou não?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Sim, mas é assim que é feito, deputado. Por exemplo, se eu vou à Brasília tratar de uma questão, eu preciso comprovar que eu preciso ir a Brasília, que eu tenho uma reunião lá agendada, que essa reunião vai exigir que eu tenha a pernoite ou não. Feito isso, eu recebo o recurso, vou e faço. Nós não, nenhuma entidade que eu conheço, e nem o CNPq fazia isso, nem a Finep, nem a Capes.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu vou dar um exemplo para o senhor, porque eu peguei uma diária, eu até pedi na época para o reitor da USP; viajou para a Espanha e voltou no mesmo dia. Está lá, o dia que ele chegou, o dia que foi, e o dia que ele voltou, a entrada e a saída estão no mesmo dia. Como que o cara viajou 12 horas, está no mesmo dia, e recebeu lá 13 mil e poucos, agora eu não estou muito bem recordado.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - De diárias?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - De diárias.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, deve ter um engano; primeiro porque o reitor, em geral, é uma pessoa já de uma certa idade, dificilmente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não estou dizendo o reitor, desculpa, eu perguntei o reitor, mas não que foi o reitor.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Eu acho difícil, deputado, deve ter algum engano, certamente deve ter algum engano.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Com relação a essa questão de diárias, a gente recebeu um monte de material, e a gente fez algumas, por amostragem, claro, porque é muita coisa; mas a gente tem pagamentos de diárias de 23 mil, até 93 mil reais. Como que funciona? Se, na verdade, dependendo do número de dias, a pessoa já para de receber diárias, e passa a receber como uma transferência, como que funciona? Uma ajuda de custo para dormir, e morar naquele local?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Veja, deputada, uma coisa são as diárias para o exercício da atividade didática ou de pesquisa; elas em geral são eventuais, limitadas; no entanto, nos últimos anos, surgiu uma outra questão que foi objeto de atenção desta CPI, que é a questão especificamente da Universidade de São Paulo, e da Unesp. Não se aplica à Unicamp, que é uma universidade concentrada apenas na cidade

de Campinas e Limeira; no caso da USP, por exemplo, ela tem um campus aqui, tem um campus em Santos, tem campus em Ribeirão Preto, em São Carlos e assim por diante. É uma Universidade muito grande, com grande número de docentes.

As pessoas que, por dever de ofício, tem que vir para São Paulo, e que sejam docentes, precisam ter algum tipo de apoio para pagar a sua vinda e estada aqui. Essa foi uma questão pessoal minha, mas antes de mim, já outros enfrentavam essa situação; isso é, você tem que vir. Você não pode, como no serviço público de um modo geral, ser transferido: “Não, transfere para São Paulo”; não transfere, porque o vínculo do professor é com o seu departamento. Muitas vezes não existe nem o departamento equivalente em São Paulo. Então, eu fui reitor, e quando eu terminei a Reitoria, no dia seguinte, eu estava submetido a chefe do meu departamento em Ribeirão Preto. Eu tive que fazer uma viagem ali, e tive que pedir a ela que me autorizasse; porque lá é a minha casa, lá é o meu vínculo.

Então o que tem que fazer? Você tem que, de alguma maneira, suportar a presença dessas pessoas aqui. O instrumento disponível era o pagamento de diárias, para mim e para outros; esse instrumento está sendo visto como um instrumento estranho, um uso inadequado de diárias. Tudo bem, eu acho que a CPI pode contribuir para mudar isso; mas, nesse momento, ainda é o único mecanismo. Existem outros, por exemplo, pode-se pagar um auxílio-moradia; por exemplo, quando eu fui presidente do CNPq, e morava em Brasília, eu recebia auxílio-moradia.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela lei, na verdade, isso é, depois de 120 dias, o que deveria acontecer.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Mas, na Universidade, isso não estava regulamentado assim. Tanto que eu jamais regulamentei isso; eu segui aquilo que era a legislação estabelecida; de fato, a portaria que criou isso daí foi do professor Goldenberg, 1988, 1989. Então, era isso que se seguia, precisa mudar? Pode ser mudado. Agora, precisa levar em conta o seguinte também: não demonizar, no sentido de que este é uma causa de desequilíbrio financeiro.

Eu acho que o que vai se gastar vai ser equivalente, porque veja: todas as diárias de natureza administrativa, gastas pela Universidade de São Paulo durante um ano, a senhora sabe quanto? Administrativas, porque tem as viagens de pesquisa, que são outros quinhentos. As administrativas somam alguma coisa como 300 mil reais no ano;

isso é, é mais ou menos o custo de um professor, é isso. Então, eu sei a vossa angústia de entender a dinâmica, e as finanças das universidades, por isso que eu fiz essa longa exposição, para dizer que houve um desequilíbrio, foi um gasto excessivo com pessoal e construções, as diárias têm esse tamanho que a senhora está vendo aqui. Podem ser modificadas? Podem, mas eu acho que o gasto vai ser igual, 300 mil reais por ano. E o extrateto: menos do que se gastou com o prêmio de excelência.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Na verdade, eu penso que a gente não deve pensar: “Ah, mas isso não vai mudar a Universidade”, porque se pegar um pouquinho daqui, um pouquinho dali, e vai juntando, é onde, na verdade, a gente consegue um grande movimento. Mas o.k., está entendida a questão das diárias, de repente fazer uma mudança nessa questão, para ter um parâmetro de dias, e sim uma transferência já efetiva. Ou então, através de audiências virtuais, que as pessoas acabam utilizando bastante também. Mas a última pergunta seria, do acordo de cooperação de parcerias para projetos da USP do Futuro. O senhor tem ciência do montante de recursos que são advindos da captação de objetos do contrato, ou não?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, porque esse contrato não foi feito pela USP, a USP não tratou disso.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É uma parceria não é?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, foi um contrato entre empresários, ex-alunos da USP que queriam ajudar a USP, e que fizeram doação a uma organização social, que por sua vez contratou uma auditoria externa. Então isso não passou pela USP, a única coisa que a USP fez foi autorizar que esses funcionários da empresa de consultoria/auditoria examinassem as contas da USP, e entrevistassem professores da USP. Foi isso o que eles fizeram, nós não pagamos nada por isso, foi uma doação dos ex-alunos; exatamente porque eu saí caçando os ex-alunos e falando: “Vocês têm que ajudar, vocês ganharam muito dinheiro, tudo bem?”; e eles falaram: “Queremos ajudar, só que nós não vamos botar dinheiro no orçamento da USP, desistam disso; mas de outras formas nós ajudamos”, e foi isso que foi feito.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E era feito lá dentro mesmo?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, foi um contrato de uma organização social.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB – McKinsey, não é?

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Não, era a Comunitas, que recebeu os recursos, contratou a McKinsey. McKinsey que é uma empresa reconhecida de consultoria e auditoria, foi lá e fez as entrevistas, e me apresentou uma proposta, que ia de tudo: desde cobrar na Universidade, cobrar dormitório, até fazer um fundo patrimonial. Eu escolhi quatro tópicos, que se adaptavam à concepção da Universidade, que teria uma aceitação entre os docentes, e que me pareciam uma boa maneira de começar, e comecei por eles.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - O meu acabou agora, então.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Passo a palavra para o deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, presidente, obrigada deputada Carla, mas eu queria apenas dois agradecimentos ao Sr. Dr. Zago: primeiro, do povo de São Paulo pela grande gestão que o senhor fez quando foi reitor da Universidade de São Paulo; segundo, o agradecimento às universidades, eu acho que São Paulo é esse grande Estado desenvolvido pela qualidade das grandes universidades que nós temos aqui, em São Paulo. Eu acho que isso é de extrema importância; e eu gostaria que tivesse muito mais Drs. Zagos nas universidades, para que a gente pudesse, cada vez mais, melhorar.

Eu vejo que os equívocos do passado, os erros, isso tem que ser superado; e agora o que nós queremos é tentar ajudá-los a fazer uma gestão cada vez melhor, eu acho que é isso que esta CPI, é isso que essa CPI pretende e defende. E algumas discussões que o pessoal da esquerda não querem ouvir, mas mesmo assim nós temos que discutir: tem que ser pago ou não, se tem que cobrar refeição ou não, se cobrar alojamento ou não, eu acho que são discussões que a gente tem que levar para a sociedade brasileira.

A autonomia é de extrema importância, mas eu acho que é muito mais a autonomia pedagógica; a autonomia de gestão financeira não é o papel nem do Governo e muito menos das universidades; o senhor tem muito trabalho como reitor de uma universidade, para cuidar da parte pedagógica dessa imensidão que é a Universidade de São Paulo, pra ficar se preocupando com a prestação de contas, com isso, ou com aquele outro. Então nós temos que mudar, eu não sei como, mas acho que nós temos que começar a abrir essa discussão aqui no Estado. E outra vez cumprimentá-lo, Dr. Zago, pelo bom homem que o senhor é, pelo grande gestor que o senhor foi. Eu fui, eu não tive, eu não conheci os reitores passados; quando eu cheguei aqui o senhor era o reitor da USP, e eu tive o prazer de conhecê-lo lá atrás, e ver o tanto que o senhor sofreu para fazer pequenas e grandes mudanças na Universidade de São Paulo.

Então parabéns, vim aqui hoje especialmente para cumprimentá-lo, e desejar que o senhor continue sendo sempre esse grande homem, e com vontade de resolver as grandes questões públicas de São Paulo.

O SR. MARCO ANTONIO ZAGO - Deputado Carlão, muito obrigado, eu sempre fui um grande apoiador e defensor das universidades, e me elogia muito mais do que eu mereço; mas é certo que é uma força sempre aqui dentro da Assembleia, e eu agradeço muito, deputado, a oportunidade ter vindo aqui conversar. Pena que seja nessa situação, e até pressionados pelo tempo; mas quem sabe isso seja, também, uma iniciativa que se prolongue depois de encerrada, depois que a CPI fizer o seu relatório, e vencida, essas pessoas que aqui participaram, de alguma forma, continuem se interessando, e participando da vida das universidades.

Concordo, é um patrimônio monumental.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presidente, eu vou só dar um testemunho. Tem uma cidade perto da minha, que se chama Tanabi, que tinha lá um sítio do Estado há 40 anos com ocupação; ocupação já com asfalto, com esgoto, e com energia; isso vem se arrastando desde 1970 e pouco; na gestão do Dr. Zago nós conseguimos fazer com que o Estado fosse lá, fosse feita a doação da área para o Município, já estava ocupada, pessoas já estavam, e eles não tinham endereço, por falta de documentação. E o Dr. Zago, em menos de um ano, conseguiu fazer isso, e hoje está lá o Ipesp, fazendo toda a regularização fundiária, para entregar a escritura.

Então, isso é um grão de areia, e foi feito, e a gente para dar o testemunho do que ele fez dentro da Universidade. Segundo, sobre prestação de contas todas as prestações até 1998/2000 era feito com prestação de contas, você tinha o adiantamento de viagem, prestava conta com nota de hotel; houve uma regulamentação do Tribunal de Contas para que se fosse determinado diárias; então as pessoas têm 500, ou 1.000, ou dois mil reais, e não há necessidade de prestar conta. Isso é uma determinação do Tribunal de Contas de São Paulo, e por isso que, na minha opinião, piorou o controle. Na minha opinião piorou para os prefeitos, para os deputados, e para todos os órgãos públicos; mas, infelizmente, foi uma recomendação que virou uma determinação do Tribunal de Contas de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -

Perfeito. Dr. Marco Antonio Zago, agradeço mais uma vez a sua presença, e todas a explanação que V. Exa. trouxe foi De grande valia aqui para CPI, tá? E tenho certeza, eu acredito até que depois desta reunião de hoje, nós vamos, o Tribunal de Contas, vai somar a essa CPI, até em relação ao julgamento das contas das universidades. Então, acredito que hoje foi um dia muito bom, e de grande valor aí para esta CPI. Todas as pautas e, principalmente, a vinda do senhor.

Quero só registrar aqui, dia 4/09 vamos ouvir o ex-reitor, José Tadeu Jorge, da Unicamp; dia 16, nós vamos ouvir Dr. Antonio Vargas de Oliveira, dia 11/09 vamos ouvir a Fundunesp, Dr. Edson Luiz Furtado e a Funcamp, Dr. João Batista de Miranda, dia 9/09.

Não havendo mais nada a tratar estão encerrados os trabalhos.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *